

# ARTIGOS

---

## UM PROBLEMA: A TRAIÇÃO DOS CRISTÃOS- -NOVOS EM 1624.

---

*EDUARDO D'OLIVEIRA FRANÇA*

Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

As afinidades familiares, as de natureza econômica, ou ambas conjugadas, e o decorrente intercâmbio com as Províncias Unidas in-submissas tornavam os cristãos-novos da Colônia suspeitos à Corôa. Suspeitos por flamengos. Suspeitos por portugueses. Suspeitos por marranos. Flamengos, minavam o Império. Portugueses, tramavam a ruptura da unidade peninsular. Marranos judaisantes desafiavam a unidade espiritual do catolicismo ibérico.

Prolongamento que pode ter sido da ofensiva do Santo Ofício no Pôrto, a Visitação de 1618 visaria, além da polícia episódica da ortodoxia, à descoberta entre os cristãos-novos, dos elementos infiéis, surpreendendo aquelas indesejadas conexões entre a Bahia e os grupos luso-israelitas estabelecidos nas cidades rebeldes do Mar do Norte (1). O êxito nesse particular terá resultado negativo: se uma trama existia entre a gente da nação contra o domínio do Rei Católico, os focos porventura existentes, ter-se-iam enconchado defensivamente a resguardarem-se das inquirições do Santo Ofício. Os acontecimentos de 1624 no lance da invasão flamenga acresceram pretextos à reiteração das desconfianças preexistentes.

Por ocasião da rendição da Bahia, foram os cristãos-novos acoidados de traidores, de coniventes com os herejes. A fama correu a Espanha. Seria procedente? Ter-se-iam dissimulado no decorrer das confissões e inquirições os pendores dos que seriam então iminentes conspiradores contra a integridade do Império? Ou terá sido justo a investida preventiva do Santo Ofício que, espantando uns para o Rio da Prata e alhures, a outros, amedrontados ou irritados, terá induzido a compactuar, por represália, com os herejes que lhes acena-

---

(1). — Em 1607, por exemplo, C. d'El Rei a Diogo Botelho aludia a estrangeiros e rebeldes holandeses que "têm nessas partes comércio e inteligências com os moradores delas". *Correspondência de Diogo Botelho*, in RIHGB, T. 73 (1910), pág. 19.

vam com a tolerância religiosa (2) e com perspectivas de negócios fora da órbita do intervencionismo e do fiscalismo castelhanos?

Velhas e múltiplas eram as suspeitas do govêrno peninsular em relação aos cristãos-novos do Brasil. Marcados por suas anteriores simpatias pelo Prior do Crato, êsse meio-cristão nôvo (3) que se alçara a disputar aos Habsburgos a herança do Cardeal-Rei, e que, no exílio, enredava as côrtes rivais. Ainda em 1618, advertia El-Rei a D. Luís de Sousa que D. Manuel, filho do pretendente, com a cumplicidade de marranos do país e apôio dos rebeldes da Holanda (4) poderia intentar alguma coisa contra a Corôa no Brasil. Era preciso pois vigiá-los atentamente, sobretudo aos que tinham parentes na Holanda, para desarticulação... dos intentos dos eventuais traidores, homens de nação e estrangeiros. Em geral, na Holanda desfrutavam os judeus, desde o fim do século XVI, de liberdade de culto, com sinagogas abertas em Amsterdão (5). Haveriam, pois, de forcejar por estender o benefício, no plano colonial aos cor-religionários coactos pelo exclusivismo ibérico, favorecendo a causa dos rebeldes. As afinidades existentes entre os cristãos-novos refugiados na Holanda e os do Brasil favoreceriam o concôrto de uma ação conjugada.

Era natural a suspeita. Numa carta do fim de 1618 escrita a D. Luís de Sousa, a propósito do seqüestro de bens dos cristãos-novos do Pôrto — justamente os que mais tratavam com os holandeses — determinava o Rei um levantamento dos homens de nação do Brasil, com as respectivas residências e fazendas, e a indicação dos que fôssem

“suspeitosos e prejudiciais para a comunicação com estrangeiros”

(6).

- 
- (2). — O pacto da União de Utrecht em 1579 estipulava a liberdade de consciência e proibía perseguições por motivos religiosos. V. Lesler, Joseph, *Histoire de la Tolérance au siècle de la Reforme*, II (Paris, 1955), pág. 188.
  - (3). — ... “filho dos amores do Infante D. Luís e da filha de Pedro Gomes, a judia Violante Gomes, conhecida, mercê de sua rara beleza, pelo nome de “Bela Pelicana”, e pelas religiosas de “Pandeireta”... Castro (Pde. José de), *O Prior do Crato* (Lisboa, 1942), pág. 17. “Por D. Antônio está o povo quase todo e os cristãos-novos com seus recursos financeiros”. *Idem*, pág. 129.
  - (4). — C. R. de 24-9-1618. Avisava que D. Manuel, filho de D. Antônio que foi Prior do Crato, mantinha correspondência com Francisco Ribeiro, capitão na Paraíba, junto ao Salvador, com parentes judeus na Holanda, e que enviava em navios flamengos a um sobrinho de Gabriel Ribeiro, ordenando vigilância para evitar lograssem seus intentos, e que apurasse quem era e como procedia Francisco Ribeiro. *Livro Segundo do Govêrno do Brasil* in “Anais do Museu Paulista”, T. III (1927), pág. 77.
  - (5). — Bloom (Herbert), *The economic activities of the Jews of Amsterdam in the XVIIth and XVIIIth centuries*. Williamsport, 1937, pág. 14 segs. Desde 1598, diz Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*. 2a. ed. (Lisboa, 1931), I, 139.
  - (6). — *Livro Segundo do Govêrno do Brasil* in “Anais do Museu Paulista”, T. III, (1927) pág. 2a., pág. 81.

Paralelamente à profilaxia de infecções de caráter religioso com a Visitação, preparava-se talvez um expurgo de caráter político.

À monarquia castelhana, os cristãos-novos pareceriam duplamente suspeitos em relação ao conflito flamengo: no plano da unidade religiosa, eram seduzidos pelos rebeldes que lhes acenavam com as promessas de tolerância que os livraria das crônicas escaramuças com o Santo Ofício, e no plano da unidade imperial, uma vez que se haviam afeiçoado à causa seccionista do Prior do Crato. Do lado português, era possível que as autoridades contemporizassem com êles, mercê de recalcados sentimentos nacionais, anestesiados pelos Filipenses, mas sempre latentes e inconformados.

Em 1624, os holandeses, com surpreendente facilidade, apossaram-se da Bahia. Os cristãos-novos que aí viviam em significativo número, teriam, passado o sobressalto da Visitação de Marcos Teixeira, dissimulado suas inquietações, logrando iludir a vigilância, para, afinal, atrair os invasores, orientar-lhes os movimentos e entregar-lhes a Cidade?

Inconfidentes em 1624? Teriam assim frustrado o trabalho político da Visitação? Ou teriam, assustados com a repressão, replicado aos temores a que tinham sido submetidos em 1618, pela entrega da Cidade ao inimigo, como a um libertador? Assustados com os rumores de instalação do Santo Ofício no Brasil? (7).

O problema não é meramente episódico. Contribui a resposta, como pequenino sintoma, para a compreensão do jôgo de forças que decidiam os destinos do monolito imperial espanhol em crise. Estariam, os judeus e cristãos-novos, a nata da burguesia atlântica, os fautores por excelência do capitalismo moderno, conjurados para minar a unidade ibérica com suas implicações de monopolismo, de fidalguismo, de reação católica, para romper caminho para a emersão da burguesia, com a liberdade de comércio, a partilha colonial, a liberdade de consciência? Com seu comportamento na Bahia, e depois em Pernambuco, ou no Oriente, formulariam êles uma oposição burguesa entre iberização e capitalismo, induzindo êste a operar contra a subsistência do Império dos Filipenses? O episódio baiano bem pode ter representado um momento da má vontade burguesa contra as envelhecidas estruturas peninsulares. A formação das famosas companhias de comércio para disputarem aos ibéricos os mercados coloniais e a livre concorrência parece uma mobilização da burguesia mercantil internacional contra o exclusivismo peninsular. Bons operadores, os burgue-

(7). — Registava-o, em 1610, Fyrard de Laval, *Viagem de*, II, pág. 228. Lafuente Machaim aceita esta explicação para a facilidade da ocupação da Bahia — *Los portugueses en Buenos Aires* (Madrid, 1931), págs. 45-46. Existe no Museu Britânico uma consulta sôbre a criação no Brasil, em 1622, de Tribunal do Santo Ofício. Cod. n.º 323, fol. 47. Oliveira Lima, *Relação dos Ms. Portugêses e estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico*. (Rio, 1903), pág. 21.

ses exploravam as rivalidades políticas nacionais para lograrem seus objetivos. Holanda, Inglaterra, França deram-lhes cobertura política e militar. Plataformas de ataque.

Capitalismo versus Império. Problema enorme. Não é o nosso. Fiquemos no burgo mestiço do Recôncavo apanhado na engrenagem de um conflito de forças internacionais.

Denúncias contra os cristãos-novos multiplicavam-se então. A captura da Bahia podia oferecer a evidência do fato concreto. Chegavam elas ao conhecimento do governo de Madri e Lisboa. De um flamengo do Pôrto, Henrique Sinel, tiveram o Conselho de Portugal e a Junta em Castela, em agosto de 1624, notícia de que os cristãos-novos haviam tido parte na perda da Bahia, e que os holandeses tinham inteligências com os da nação hebréia (8).

Um judeu ouvido em Pernambuco afirmava que os cristãos-novos moradores na Bahia tinham dado entrada aos inimigos (9). A propósito preocupava-se um conselheiro com a notícia de que na frota holandesa viajava um neto do Prior do Crato.

Mais tarde, em 1634, perante a Inquisição, um certo Estêvão Aires da Fonseca denunciou a traição dos cristãos-novos no Brasil (10). E, em 1641, ao opinar sobre um Editto de Graça, Inquisidores de Évora indicavam a existência no Santo Ofício de processos que registavam haver a gente da nação interferido na perda da Bahia e de Pernambuco (11).

Entretanto, os cronistas do evento, contemporâneos, testemunhas presenciais alguns, não apresentam concordância. O noticiário recolhido em meio ao calor das paixões do tempo filtrava-se através da maior ou menor receptividade dos espíritos à hostilidade contra os marranos difusa no ambiente (12).

- (8). — *Documentação Ultramarina Portuguesa*, II vol. (Lisboa, 1962), pág. 514, 517.
- (9). — *Documentação Ultramarina Portuguesa*, II vol. (Lisboa, 1962), pág. 527.
- (10). — *Doc. do Arquivo de Simancas* (Cons. da Inquisição — Liv. 49, fol. 45) publ. por Cyrus Adler in "Publ. of the American Jewish Historical Society", nº 17 (1901), págs. 45-51, apud Honório Rodrigues (J.), *Historiografia. Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (Rio, 1949). Cf. Boxer (Charles) *Os holandeses no Brasil*. Trad. (São Paulo, 1961), pág. 51 nt.
- (11). — Cod. 869 da Col. Moreira da Biblioteca Nacional de Lisboa, apud. Azevedo (João Lúcio de), *Judeus portugueses na dispersão* in "Revista de História" nº 13 (Lisboa, 1915), pág. 214.
- (12). — Exemplo. O Pde. Bartolomeu Guerreiro, jesuíta de Évora, ao escrever em 1625 sua *Jornada dos Vassalos*, valeu-se de cronistas espanhóis, como indica (cap. 37, pág. 59v.) Segundo suas indicações, foram Valencia y Gusman, Avendaño y Vilela, Bartolomeu Rodrigues de Burgos talvez. Dois deles acusam os marranos. Guerreiro não o faz. Com quase as mesmas prováveis leituras, Avendaño y Vilela, João Medeiros Correia, e Diego Ruiz, menos provável (Solemni (Gino) *Lope de Vega's — El Brasil Restituído*. (New York, 1929), Lope de Vega escreve sobre o tema sua peça marcadamente acusadora.

A êstes cronistas, admitidas gradações de opinião, podemos grupar, de um lado os portugueses e holandeses, e de outro os castelhanos. Os primeiros mal escondem suas simpatias pelos cripto-judeus, enquanto que os últimos talvês buscassem a custa dêles justificar perante os portugueses e a Europa, um insucesso de suas armas.

Dos portugueses, os jesuitas, em suas cartas, como Domingos Coelho, Manuel Fernandes, Antônio Vieira, e em sua crônica o Pde. Bartolomeu Guerreiro, vagamente reticente êste (13), abstêm-se de referências a qualquer intervenção dos marranos na captura da Bahia. Escrúpulos de acusar, ou secreta simpatia por êles? Verdade é que, anos mais tarde, Vieira a demonstrava ostensivamente pelos exilados de Ruão e Amsterdão, e não escondia sua amizade com Duarte da Silva que no Salvador conhecera, e com Diogo Lopes Ulhoa que aí também terá conhecido.

Frei Vicente do Salvador, baiano e testemunha cotidiana da ocupação holandesa não menciona quaisquer indícios de conclúio para a entrega da Cidade. Contemporâneo ainda, Severim de Faria não incrimina aos cristãos-novos, ao narrar os acontecimentos (14).

Em 1648 porém, sob a impressão dos sucessos de Pernambuco, Frei Manuel do Calado, que não era um modêlo de isenção, entretecido de anti-semitismo, a propósito daqueles fatos a que presenciou, acolhia a fama da participação dos judeus nas emprêsas da Companhia das Índias (15). Para êle,

“alegraram-se muito os cristãos-nôvos porque tinham nela interessados muitos dêles, e tinham contratado com os holandeses da Companhia das Índias Ocidentais dar certa soma de dinheiro para os gastos dela, só a efeito de serem livres do Tribunal da Santa Inquisição da qual se tinha notícia que vinha a assentar casa em Pernambuco”.

Informa que durante o ataque haviam êles mandado dois mulatos a guiar os invasores na direção de Olinda. Entretanto, sôbre isso, Diogo Lopes Santiago, também testemunha, indica terem os atacantes sido guiados “por um homem que aprisionaram”, de quem diziam alguns que era mulato (16).

(13). — “... ficando alguns com os holandeses, ou por inteligências que com êles tinham, ou por seguirem a fortuna dos vencedores...” *Jornada dos Vasallos da Corôa de Portugal* (1625), pág. 24 v.

(14). — Não houve muitas crônicas portuguesas dos sucessos da Bahia, porque o Conselho de Estado, considerando que D. Manuel de Menezes, cronista-mór encarregara-se de escrever sôbre êles proibiu licenças para livros sôbre o assunto. Oliveira Lima, *Relação dos Ms. Portuguezes...* no Museu Britânico”, pág. 22-23.

(15). — *O Valeroso Lucideno* (1648), cap. III, págs 10 e 11.

(16). — *História da Guerra de Pernambuco* (ed. Recife, 1943) pág. 33. Varnhagen informa que um cristão-nôvo que comerciara em Pernambuco e se passara para a Holanda, Antônio Dias Papa-robalos guiou as tropas de Waerdenbusch. *História das lutas com os holandeses...* pág. 104.

O temor da instalação do Tribunal do Santo Ofício como razão da infidelidade judia, apresentava certa verosimilhança, se é fato que muitos cristãos-novos, em Pernambuco, antes de 1630 já seguiam a Lei de Moisés e judaizavam. Por lá andara como Visitador o dominicano Fr. Antônio Rosado, o mesmo que do púlpito clamava que entre Olinda e Olanda, apenas uma letra havia de diferença e que os holandeses haveriam de arrazar a Cidade (17).

Diz ainda Frei Manuel do Calado que houve devassa do Provedor André de Almeida da Fonseca sobre os traidores que haviam pactuado com o inimigo (18). Os cristão-novos de Pernambuco atraíram aos parentes da Holanda (19). Portugueses fugitivos da Inquisição, conheciam ambas as línguas, e graças a isso conseguiram apossar-se de todo o comércio e enriquecerem-se, com grande ressentimento dos holandeses. Fizeram-se senhores das melhores terras, e muitos se tornaram às práticas judaicas. E

“por se congraciarem com os holandeses lhes descobriram todos os segredos que na terra havia” (20).

O êxito dos judeus em Pernambuco que se tornou um verdadeiro centro de judaísmo (21) inclusive com suas sinagogas (22) e culto público, e sua ostensiva colaboração com os invasores deve ter inspiado os juízos posteriores sobre seu comportamento antecedente por ocasião do assalto à Bahia. Pernambuco terá sido uma espécie de comprovação a *posteriori* de sua deslealdade face ao Rei e ao Catolicismo.

Assim, por exemplo, Brito Freire, anos depois, ao relatar os sucessos de 1624, mostra Salvador abandonada, silenciosa, chaminés sem fumos, sem gente as muralhas.

“Até que, metendo-se com os inimigos, dizem que alguns cristãos-novos degradados de Portugal para o Brasil, entraram (os holandeses) livremente às sete horas da manhã...” (23).

---

(17). — Calado, *Op. cit.*, pág. 9. Brito Freire, *Nova Lusitânia* (Lisboa, 1675) L. 4<sup>o</sup> pág. 175.

(18). — *Op. cit.*, pág. 22.

(19). — Cf. Bloom (H.), *The economic activities of the Jews...*, II, pág. 130.

(20). — Calado, *op. cit.*, págs. 53-54.

(21). — “Entre os homens livres do Brasil, que não trabalhavam para a Companhia, os judeus se sobressaíam em número. Mantinham intenso comércio, e por isso conseguiram adquirir engenhos de açúcar e construir suntuosas residências no Recife”. Nienhof (Joan), *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil (1640-1649)*. (Col. 1682) Trad. (São Paulo, 1942), pág. 308.

(22). — V. Wiznitzer (Arnold), *The records of the earliest jewish community in the New World*. New York, 1954.

(23). — *Nova Lusitânia*. Liv. 2<sup>o</sup>, § 129, pág. 68.

Todavia Frei Giosepe de Santa Tereza, aliás João de Noronha Freire, carmelita português, em 1698 nada fala sobre a participação dos cristãos-novos na captura da Cidade (24).

Entre os portugueses, no século XVIII, se José Antônio Caldas e Santos Vilhena são omissos, Mirales (25) discretamente, e Rocha Pita (26) claramente adotaram a versão da inconfidência dos cristãos-novos. Rocha Pita fala de uma adesão imediata ao invasor na própria noite do desembarque.

Do lado holandês, também, a discreção é patente mesmo nos relatos oficiais. João Aldenbugk e Barleus nada dizem de convivência dos cristãos-novos. Joannes de Laet (27) é reticente, mas insinua. Ao explicar as razões da escolha da Bahia como alvo da empresa, enumera-as: a situação favorável, a menor temibilidade dos portugueses, a ocorrência do açúcar e pau-brasil. E conclui:

“finalmente por outras razões que de propósito calaremos por não declará-las inoportunamente, e assim avisar o inimigo daquilo de que êle há de acautelar-se”.

Nem mais tarde, em 1682, Nienhof nas suas *Viagens memoráveis* faz alusão a semelhante ajuda.

Um predicante calvinista que na Bahia assistiu aos agressores, Henoc Startenius escreveu em 1625 ao Auditor Quesada Solorzano uma carta sobre os acontecimentos (28). Nela insiste em desmentir a atoarda que corria de traição judia. Afirmava “religiosamente” nunca ter ouvido “nem por sonhos” que tivesse havido qualquer entendimento com essa gente “leviana, inconstante e alheia à verdadeira religião”, a quem também os holandeses aborreciam. Certo em Amsterdão viviam uns poucos, mas eram considerados infames. Os holandeses haviam nutrido esperanças na sua complacência porque antigamente os portugueses haviam tido comércio comum com êles porque tinham perpétua inimizade com os castelhanos, poderiam ser mais facilmente atraídos (29). A negativa é demasiado veemente e os argumentos de

(24). — “Istoria delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la Corona di Portogallo e la Republica di Olanda”. (Roma, 1698) pág. I Liv. II, 59.

(25). — Mirales (J.), *História Militar do Brasil* in “Anais da Biblioteca Nacional, vol. 22 pág. 132 ... “reconheceu o inimigo por senha de um inconfidente que a cidade se achava desamparada e rendida”.

(26). — Rocha Pita (S.), *História da América Portuguesa* (ed. 1878), pág. 150: “... e certificados por alguns cristãos-novos degradados (que pouco antes de amanhecer se tinham passado para o seu exército) de que os moradores se tinham naquela noite ausentado, e que na cidade não havia quem lhes pudesse fazer resistência, a entraram...”.

(27). — *Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*. Trad. (Rio de Janeiro, 1916), pág. 38.

(28). — Transcrita por Valencia y Guzman no *Compendio Historial* in “RIHG da Bahia”, vol. 78, pág. 281 segs. Desta carta, escrita em latim, existe também tradução no Museu Britânico — Cod. *Papeles matemáticos* (Col. Yriarte), fol. 56-58. Oliveira Lima, *Rel. dos Ms. do Museu Britânico*.

(29). — *Op. cit.*, pág. 286.

defesa inconvincentes: o fato de os holandeses os deprezarem, à evidência, não prova que eles não se prestassem a acolher os invasores que, maliciosamente, lhes ofereciam liberdades. Subjacente advinha-se o desejo de aparar os escarmentos da justiça régia que se desencadeariam após a recuperação da Cidade. Na verdade, os calvinistas podiam detestar aos judeus, mas propiciavam-lhes tolerância religiosa e bons negócios como ocorria em Amsterdão, e como aliás, aconteceria em Pernambuco depois de 1630 (30). Aquela perspectiva seria motivação suficiente para que desertassem da causa da Espanha com seus visitantes inquisitoriais e seu monopolismo constringente.

O relato oficial da conquista da Bahia (31) em nenhum passo confessa a conivência dos cripto-judeus no sucesso. Os invasores avançaram em direção à colina, sob grande risco, por caminhos estreitos, onde puderam ter sido rechaçados, chegando ao campo plano e arrabalde (São Bento) a fim de assaltarem a cidade no dia seguinte, pois estavam certos de acometê-la. Ao chegarem porém às portas pela manhã não encontraram resistência, por haver sido abandonada a cidade durante a noite. Nem palavra sobre ajuda do interior. E surpresa pela facilidade da conquista. Quando van Dorth impôs ordem à cidade, alguns habitantes do país retornaram às suas casas. Nenhuma referência a moradores conluiados para o fazer. A narração atribuída a Jacob Willekens, publicada em inglês, também não registra qualquer participação dos cristãos-novos na luta (32).

Os espanhóis, êsses formaram outro juízo. Era constante a desconfiança do governo contra os estrangeiros em geral (33), em particular contra os holandeses, e em relação aos cristãos-novos que com eles pudessem manter contactos. Em 1605, ordenava-se que os estrangeiros fôssem afastados do litoral e internados a 12 léguas da Costa

---

(30). — Em Pernambuco holandês uns tantos "que se fingiam cristãos, manifestaram-se agora judeus", e tinham seu culto ostensivo.

"Os judeus que emigravam e que se ocupam com agricultura ou compraram engenhos são poucos; os demais dão-se ao comércio e a maioria dêles mora no Recife e souberam dominar todo o movimento de negócios". Van der Dussen (A.), *Relatório sobre as capitânicas conquistadas no Brasil pelos holandeses* (1639) Rio de Janeiro, 1947. Trad. pág. 108 e 85-86. Cf. Calado (Fr. M.), *O Valeroso Lucideno* (1648), I, 53-54.

(31). — *Relatório dos Delegados dos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais, entregue à Assembléa dos Ados e Poderosos Senhores Estados Gerais, a 31 de agosto de 1624* in "Docs. Holandeses" (Rio de Janeiro, 1945) I, pág. 7 segs. Também in Aldenburgk (J. G.), *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador...* Trad. (São Paulo, 1961) pág. 235 segs.

(32). — Willekens (Jacob), *A true description of the Bay todos los Santos in Brazil, and taking the Towne Salvador by the Admiral Mistr Jacob Wilkins. 1624*, in Purchas (S.), *Purchas, his Pilgrims* (Hakluyts Posthumus), vol. X. (Glasgow, 1905), págs. 522-526.

(33). — Por exemplo, as restrições à navegação pela Provisão de 9-2-1591, sob pena de morte. E Resoluções de 18-3-1604, de 16-7-1606 e de 28-11-1606.



(34) e a D. Luís de Sousa, em 1617, que os fizesse sair, e que dêles promovesse rigoroso levantamento (35).

Para com os holandeses especialmente, as proibições vinham de longe, da luta de Filipe II com os Países-Baixos, na Europa. Em 1580 com a incorporação de Portugal ao complexo imperial espanhol, os portos portugueses haviam de ser, por sua vez interditados à navegação holandesa. Em 1586, Filipe II apresara em Lisboa navios dos holandeses e proibira-lhes o acesso aos portos de Portugal. Foi quando os comerciantes cristãos-novos do Pôrto e Viana, e provavelmente das Ilhas também ofereceram suas firmas para mascarar o comércio com a Holanda que era, aliás, o melhor mercado para os açúcares portugueses. A guerra econômica entre a Espanha e as Províncias Unidas refletia-se no Brasil (36). Em 1606, expressamente proibiu-se todo o comércio com os holandeses que aparecessem pelo litoral (37). Esta proibição forçava ainda mais a associação de interesses entre os cristãos-novos que haviam emigrado para o norte e os que haviam permanecido em Portugal. Sob o disfarce de mercadores de Lisboa, Pôrto, Viana, podiam os neerlandeses assegurar o acesso ao mercado produtor colonial (38). Claro, esta solução subreptícia gerava uma natural solidariedade entre cristãos-novos e holandeses. Negócios.

Não é improvável que a descida da Inquisição no Pôrto, que parece preparar a Visitação de 1618 estivesse associada à repressão desse mecanismo de burla das restrições régias, desmantelando-se, com a prisão em massa de mercadores neo-cristãos, tôda uma organização semi-clandestina, dentro da trégua de 1609, prestes a expirar.

Não é sem razão que uma Carta Régia de 6 de julho de 1614 ordenava que se vigiassem os cristãos-novos, pois segundo informa-

(34) . — Prov. de 27-9-1605. Varnhagen — "Hist. das Lutas" pág. 64.

(35) . — C. R. de 16-9-1617 a D. Luís de Sousa: "Todos os estrangeiros que houver nesse estado importa muito ao meu serviço que logo se saiam dêle conforme às provisões que sôbre isso são passadas e que esta ordem se cumpra precisamente, sem exceptuações de pessoas ainda com aquêles que ela esteja dispensada". *Liv. 2º do Gov. do Brasil*, in "Anais do Museu Paulista", T. III, pág. 46. V. os bandos correspondentes a 18-1-1618, a 29-1-1618 e a 3-3-1618 na Bahia, in *Liv. 1º do Gov. do Brasil*, págs. 201, 208 e 219. O. R. a D. Luís de Sousa que fêz rol dos estrangeiros, de resto muito incompleto. V. *Liv. 1º do Gov. do Brasil*, págs. 183-185.

(36) . — A navegação de navios holandeses para o Brasil em cooperação com casas portuguesas teria começado entre 1570 e 1580. Engelbrecht (W. A.), *Esbôço das relações históricas entre Portugal e Holanda* in "Congr. do Mundo Português", vol. VII, t. I, 427.

(37) . — C. R. de 5-1-1605. A C. R. de 11-11-1605 comunicava a interdição aos rebeldes de todo o comércio com seus reinos, particularmente em Portugal. Essa proibição devia, desde logo, ser transmitida ao Brasil pelos primeiros navios. (Bibl. Ajuda. Lisboa, Cod. 51 — VII, 7, fol. 22). Foi revogada a 12-3-1605, mas uma Lei de 18-3-1605 revigorava a Lei de 9-2-1591 que interditava a navegação de estrangeiros para o Brasil e Colônias (Simancas — Estado — 436 fol. 4) apud Gentil da Silva, *Stratégie des affaires à Lisbonne*, págs. 85 e 86, nts.). A C. R. de 1605 foi renovada em 1610.

(38) . — Pires de Lima (D.), *Temas do Brasil Colonial* in "Anais da Academia Portuguesa da História", vol. VII (1942), pág. 200.

ções, eram aliados dos bátaos em suas incursões pela costa. Em 1618 multiplicavam-se as providências preventivas contra esta ameaça (39). Não esqueçamos que a América não ficava protegida pela trégua europeia.

Esta desagregação da associação de cristãos-novos e holandeses no Reino precedia ao término da trégua, em 1621, e com isto, a ruptura do rendoso tráfico para o Brasil, com um novo fechamento dos portos peninsulares. A Companhia das Índias Ocidentais nascia nessa expectativa, como réplica da burguesia holandesa e marrana à política econômico-militar do Rei Católico.

Se holandeses e cristãos-novos estavam mancomunados na Europa com vistas ao comércio ultramarino, os cristãos-novos da Colônia, seus agentes e clientes, seriam naturalmente suspeitos e era preciso dobrar a vigilância em torno deles (40). O inimigo era persistente em sua ronda marinha. Essa insistência, em geral bem sucedida (41), só podia alimentar a desconfiança espanhola em relação a seus parceiros de negócios — os cristãos-novos.

Esta animadversão por certo persistia a inspirar o fluxo e refluxo da legislação restritiva. Proibidos de comerciar no Brasil, compraram em 1601, por 200 mil cruzados a suspensão da proibição discriminatória (42), mas já em 1610, de novo eram banidos do tráfico do Brasil. Exclusão em termos, contudo.

Inócuas estas restrições, mais aparentes que efetivas. Instalados em posições-chaves — Brasil, Ilhas, Pôrto, Amsterdão, Hamburgo, os cristãos-novos combinavam-se para comerciarem ao arrepio das interdições régias. Decerto, não ignorava o governo espanhol o que ocorria no Atlântico. Os próprios contratadores, asientistas de negros, ou arrematantes do pau-brasil eram da nação e os navios de agentes seus velejavam de um para outro lado. Como impedir inteligências com os setentrionais, os grandes fornecedores de mercadorias europeias que, legal ou ilegalmente, abasteciam a Colônia?

O clima na Espanha hostil a holandeses e marranos só podia resumir descrédito e prevenção contra estes. Em razão desta predisposição malevolente, quando a Bahia foi capturada com dispêndio de apenas meia centena de soldados, tornava-se plausível admitir-se que os moradores cripto-judeus houvessem tramado a entrega da Cidade. A opinião prefixada nos espíritos, predispunha à anuência a uma

(39). — *Idem.*, pág. 199.

(40). — Por exemplo, já antes, uma C. de Filipe II ordenava que se apurasse quais os portugueses que negociavam com os holandeses. Bibl. da Ajuda — 51 — VII, 7 fol. 298 v. apud "Congr. do Mundo Port." T. IX, pág. 185. v. Supra. Varnhagen, *História das Lutas com os holandeses...* (ed. 1955), pág. 65.

(41). — Em 1616, por exemplo, apresaram os holandeses nada menos de 28 navios de carreira e em 1623 nada menos de 70. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, II, 197.

(42). — C. R. de 31 de julho de 1601.

acusação congruente, que rendia ademais, uma atenuante às próprias culpas.

Colheram pois os cronistas espanhóis a versão da aleivosia dos cristãos-novos. Bartolomeu Rodrigues de Burgos referia-se a diligências para descoberta de quem fôra culpado pela vinda dos flamengos, e positivo antecipa:

“algunos lo son” (43).

Avendaño y Vilela que também se encontrou na jornada de 1625, não conta a conquista, mas testemunha que,

“ao entrarem os espanhóis na Cidade, acharam-se portugueses e negros escravos que estavam confederados com êles (44) os inimigos”.

Portugueses confederados, não afirma porém fôssem êles cristãos-novos. Também D. Tomás Tamaio de Vargas (45) entende contrariar os cristãos-novos na “suavidad” do govêrno dos holandeses motivos para não se oporem a êles, uma vez que não obstaríam a guarda de sua religião e a prática de seus negócios. Os de nação, assim chamados em Portugal ajudaram aos holandeses com informações sobre a terra, sua posição, seus recursos defensivos, suas possibilidades econômicas (46). Eram propensos à inquietação em dano dos antiga e verdadeiramente cristãos, e também correspondentes da Holanda. Sabia contudo Tamáio de Vargas que os invasores estavam orientados por informações de marinheiros seus que haviam estado prisioneiros na Bahia (47). E assegura que

“houve culpados no trato da entrega da cidade entre a gente de nação” (48).

Narbona y Zuñiga, futuro bispo de Toledo, igualmente contemporâneo e biógrafo de Olivares a quem dedica a obra, veicula que os cristãos-novos haviam pactuado a entrega da cidade.

“Ao amanhecer, narra êle, entrou o inimigo sem resistência, avisado e chamado (segundo se disse) por um dos vizinhos que se acomodaram com a fortuna do vencedor; entraram emfim, e não

(43). — *Relación de la jornada del Brasil, escrita a Juan de Castro, escrivano público de Cadis (1625 — Cadis)*, fol. 4 (s/ pág.).

(44). — Avendaño y Vilela (Francisco de), *Relación del viaje y sucesos de la armada que por mandado de su magestad partió al Brasil a echar de allí los enemigos que la ocupaban* (Sevilla — 1625), s/pág. Há ed. italiana de Sevilla, Milão, 1635.

(45). — *Restauración de la ciudad del Salvador y Baía de Todos Santos en la Provincia del Brasil* (Madrid, 1628), pág. 18. Há trad. portuguesa de Cerqueira da Silva (I. A.), Bahia, 1847.

(46). — *Op. cit.*, *loc. cit.*

(47). — Tamáio de Vargas, *op. cit.*, pág. 15.

(48). — *Idem.*, pág. 147.

achando na cidade senão alguns negros e portugueses hebreus de nação, apóstatas do Evangelho que esperavam o sucesso, e haviam sido parte no trato, com outros que fugitivos de sua nação, esperavam na Holanda..." (49).

D. Juan de Valencia y Gusman que participou da restauração, o mais objetivo dos cronistas espanhóis, em 1626 escreve que um fugitivo holandês informava aos Estados que a seu favor seriam os muitos cristãos-novos da Bahia,

"desejosos de intentar alguma novidade de que pudessem auferir o professar a lei de Moisés seguros da Santa Inquisição".

Relata que um cristão-novo facilitou a entrada dos holandeses pela porta de S. Bento, e conta que vários foram presos, denunciados, julgados e castigados como rebeldes,

"amaparados del enemigo" (50).

Esta versão incriminadora, colhendo-a corrente no meio do povo, nas esferas da Côrte ou nas páginas dos cronistas, consagrou-a na literatura Lope de Vega ao transplantá-la para o teatro. Inspirando-se em cronista que participou da recuperação da Bahia (50), escreveu, em 1625 ainda, a comédia *El Brasil Restituído* (51) na qual exalta o feito luso-castelhano, vivificando na cena o anti-marranismo peninsular.

No entrecho da peça, figura um judeu chamado Bernardo,

"macabeo en el tocino, Judas en el falso trato", "pícaro hebreo" (53)

- 
- (49). — *Historia de la recuperación del Brasil hecha por las armas de España y Portugal el año de 1623* (sic) in "Anais da Biblioteca Nacional", vol. 59 (Rio de Janeiro, 1949) pág. 170.
- (50). — *Compendio historial de la jornada del Brasil y sucesos dela* (1626) in "RIHG da Bahia" nº 78 (1953-1954), págs. 202, 208, 295-196. Foi publicada depois de 1628.
- (51). — Dí-lo a licença de outubro de 1625: "... conforme a melhor relação que deste sucesso temos, qualificado de um testemunho instrumental que se achou nesta guerra..." Não pode ser Valencia y Gusman. Também participaram da luta e publicaram em 1625 — Avendaño y Vilela e Rodrigues de Burgos. Ainda editaram em 1625: Jacinto de Agullar y Prado e Gaspar Vecino (*Relación del sucesso del Armada y ejército que fué al socorro del Brasil* Cadiz, 1625), mas não sabemos se estiveram no jornada. Também Diogo Ruiz, de Granada escreveu uma *Relación...* (Madrid, 1625).
- (52). — Publ. pela primeira vez por Menéndez y Pelayo in *Obras de Lope T. XIII*, Madrid 1902. Depois por Gino Solemne em New York, 1929. Afinal em Coimbra em 1950 pelo prof. José Maria Vigueira Barreiro, in *Brasília*, vol. V págs. 51-395, edição que usámos.
- (53). — Seria a encarnação de Diogo Lopes de Abrantes? V. Valencia y Gusman, *op. cit.*, pág. 208.

que, temeroso do Santo Officio, compactua com os holandeses a entrega da Cidade, pela mediação de um Leonardo Vinn, capitão disfarçado em mercador. Diz êle à filha Guiomar, a figura feminina:

“Temiendo que el Santo Oficio envíe un visitador de cuyo grave rigor tenemos bastante inidicio, los que de nuestra nación vivimos en el Brasil... por excusar las prisiones, los gastos, pleitos y afrentas y ver de este jugo isentas de tantas obligaciones las familias... habemos escrito a Holanda que con armada se apresta... juzgando será mejor entregarnos a holandeses que sufrir de portugueses nos traten con tal rigor” (54).

No desenvolvimento da ação, retoma-se a cada passo o tema da traição. Ora é o soldado Machado que, referindo-se aos que ficaram na Cidade tomada diz que, se certos homens que têm sua residência nas montanhas da Judéia houvessem sido tostados a fogo lento, nunca os de Holanda teriam chegado aonde chegaram (55). Ora o capitão holandês que indica o caminho preparado por Bernardo (56). Ou o governador Mendonça Furtado que, ao ser prêso lamenta haver sido vendido, por ingratos que o não surpreendem porque também venderam a Cristo (57). O “Brasil” fala que “unos bárbaros hebreos” comunicaram a Holanda seus desejos (58). O próprio Coronel holandês acusa Bernardo quando êste se opunha à rendição temeroso do castigo castelhano de ter, por medo, vendido a praça, oferecendo-a à entrada dos holandeses (59). E, afinal, quando da rendição, Machado se oferece para apontá-los a D. Fadrique:

“... en pasando judios que, en fin traidores fueron, advierte que los conosco” (60).

Êste Bernardo era homem rico, e a filha Guiomar comprometida na trama consegue, pagando em escudos (61), comprar a proteção de Machado que exclama ao ganhar a paga:

“yo soy marqués del Brasil por librarte del brasero” (62).

Bernardo encarna os cristãos-novos do Brasil e uma conduta deshonrosa, de falsidade e traição, de covardia, e a filha, o despeito de não ascender à nobreza portuguesa pelo casamento necessário com um fidalgo, e o rancor que leva à traição (63).

(54). — *Jornada Primeira*, v. 147-170, págs. 308-309 (ed. 1950).

(55). — *Jorn. Prim.*, v. 354-365, pág. 316.

(56). — *Jorn. Prim.*, v. 391-392, pág. 317.

(57). — *Idem.*, *Jorn. Prim.*, v. 433-442 pág. 320.

(58). — *Idem.*, *Jorn. Prim.*, v. 542-544 pág. 324.

(59). — *Idem.*, *Jorn. Terceira*, v. 457-460 pág. 385.

(60). — *Idem.*, *Jorn. Terc.*, v. 703-707 pág. 394.

(61). — “Si vos escudos tenéis, que más defensa que escudos?”

(62). — *Idem.*, *Jorn. 3ª*, v. 718-719, pág. 394.

(63). — *Vigueira, op. cit.*, Introdução, pág. 275.

Com semelhante peça haurida em fontes históricas contemporâneas Lope de Vega não só realçava o orgulho nacional (64), a luta contra a heresia e a união luso-espanhola, mas cristalizava a crença na traição dos cristãos-novos, afinal punidos. O teatro nutria a fama da perfídia dos marranos da Bahia, e fixava a opinião de suas ligações com os herejes e rebeldes da Holanda.

\*

O govêrno da Espanha, em sintonia com sua orientação monopolista e com sua obsessão de unidade religiosa, hostil por sistema a tôda a presença estrangeira na América mórmente de rebeldes calvinistas, propendia a suspeitar das ligações dos cristãos-novos portugueses. Já anotamos a desconfiança contra elementos alienígenas subrepticialmente instalados na Colônia. Era pois receptivo em relação à versão da traição dos marranos da Bahia.

Todavia na alta esfera dos Conselhos não existia unânimidade nas opiniões. Grande era a reserva. Quando na Índia, por indícios de espionagem foi prêso o português Domingos de Almeida, e êste denunciou ao alemão Fernando de Cron e outros estrangeiros, um longo parecer de Melchior de Molina em 1622, traia a persistência da desconfiança. Em 1619, diz êle, ordenara-se ao Vice-Rei se empenhasse por saber se os cristãos-novos tratavam, com os estrangeiros e suas companhias de comércio. O Conselho de Portugal por sua vez já havia denunciado a correspondência dos cristãos-novos com a companhia de mercadores da Holanda, mas confessava que,

“conquanto se houvesse feito em Lisboa pesquisa sôbre isso por meio de juizes particulares, e não se houvesse encontrado culpa, não cessavam as suspeitas ontra aquela gente” (65).

Pensamos nós que se orientassem a busca para o lado do Pôrto, os resultados poderiam ter sido mais positivos.

Quando mais tarde se discutia o socorro à Bahia, em 1624, a questão da infidelidade dos cristãos-novos foi debatida pelos conselheiros do Rei. Um judeu prêso em Pernambuco afirmava que os cristãos-novos da Bahia tinham dado entrada aos inimigos (66). Um holandês aprisionado confessara que portugueses haviam permanecido na Cidade e outros entraram depois, que eram da nação e que se ba-

(64). — Esta exaltação em tórno de Filipe IV. Olivares, Fadrique de Toledo tem outra expressão de arte no quadro de Fr. Juan Bautista Mayno, existente no Museu do Prado: “Alegoria de la recuperación de Bahía de Todos los Santos y Ciudad del Salvador en el Brasil por Don Fadrique de Toledo, en el año 1625”.

(65). — *Documentação Ultramarina Portuguesa* (Lisboa, 1962), II, pág. 294 a 300.

(66). — *Idem.*, pág. 527.

tiam pelos holandeses (67). E o flamengo Henrique Sinel, do Pôrto, denunciava ao Conselho de Portugal que com os holandeses, tinham inteligências os da nação hebréia, e que haviam tido parte, na perda da Bahia (68). Com êstes dados desfavoráveis aos cristãos-novos, opinava Mendo da Mota que sendo verdade terem êles dado entrada ao inimigo, deviam ser retirados das capitanias do Brasil, ou não se poderia conservar aquêlê estado

“com inimigos domésticos das portas a dentro”,

coisa por diversas vêzes avisada (69). Já o conselheiro D. Antonio Pereira dizia que

“estas novas que se enviaram de Pernambuco tem por pouco justificadas de ser entrada a Bahia por traição dos cristãos-novos” (70).

A suspeita não se dissociava da causa do Prior do Crato. D. Francisco de Vergança ao votar lembrava que os Brito Freire, que se cogitava enviar de volta à Bahia para ajudarem na luta, interessados que estariam nos bens que nela possuíam, tinham um quarto de sangue da nação, e podiam ser suspeitosos se os inimigos, de fato trouxessem na frota um neto de D. Antônio por cuja causa um tio materno dêles andara desterrado (71). Temia o Marquês de Montes Claros que a gente que se refugiara pelo interior viesse a juntar-se ao inimigo (72), enquanto Castel Rodrigo insistia em que se avisasse ao Brasil do socôrro a enviar-se, para que os fiéis fôsem mantidos e os duvidosos tivessem mêdo de aventurar-se (73). Cristovão de Moura cuidava do que usara em 1580.

Parece repetir o Conselho o estado da opinião em Castela em 1624: era provável que os cristãos-novos houvessem traído, mas não era certo. Depois da execução de alguns dêles na Bahia conforme as instruções que trazia D. Fadrique, a convicção se cristalizou. E foi repetir-se nas obras dos cronistas. E com vigor maior, após os sucesos de Pernambuco.

Convinha aos castelhanos dar ênfase à traição. Uma felonía dos marranos podia explicar a queda sensacional de Salvador. Ou teriam de confessar a própria imprevidência e incompetência na defesa dos domínios atlânticos. Versão mais cômoda, e sobretudo mais política, face às possíveis reações portuguezas ao desastre, quando o rei-estrangeiro deixava aluir-se o patrimônio ultramarino de Portugal.

(67). — *Idem.*, pág. 533.

(68). — *Idem.*, págs. 514, 517.

(69). — *Doc. Ultramarina Portuguesa*, II, pág. 526.

(70). — *Idem.*, pág. 524.

(71). — *Idem.*, pág. 527.

(72). — *Idem.*, pág. 529.

(73). — *Idem.*, pág. 530.

Os cronistas espanhóis refletiram êsse mecanismo de racionalização de projeção de responsabilidade que subconscientemente procurava negar a decadência naval e militar dos Filipês. Tamáio de Vargas referia-se como vimos ao

“castigo dos culpados no trato da entrega da Cidade” — “hebréia gente sempre em tôdas as partes justamente suspeitosa, e nunca segura” (74).

Fidalgo, escrevia, sob a inspiração da Côrte.

Afinal, traição judia? Se a Visitação de 1618 visava também a objetivos de polícia de segurança face à ronda atlântica dos inimigos de Castela, a irrupção holandesa de 1624 terá sido um teste da eficácia de sua ação.

Três momentos de atuação comprometedora dos cristãos-novos da Bahia: entre 1621 e 1624, na preparação da emprêsa, no comêço de maio de 1624, a ocasião do assalto à Cidade e, depois, naqueles meses da ocupação até maio de 1625, após a consumação da conquista. Prêvia convivência? Adesão superveniente? Nas reticências do Pde. Guerreiro:

“por inteligências que com êles tinham, ou por seguirem a fortuna dos vencedores”?

Que existia uma irrepresível e atuante parceria entre cristãos-novos e flamengos, certo. Mediações de naturais liames de parentescos. Comércio clandestino (75). Comunicações freqüentes (76).

Dêsse intercâmbio, insistentes, repontam traços nas Confissões, bem como nas Denúncias da Bahia. Infrações às ordens régias que não comprovam traição, mas apenas a existência de possibilidade de tramas contra a dominação castelhana. *Animus nocendi*.

Por certo, afinidades de sangue e de interesses aproximavam os cristãos-novos do Brasil, e os das Províncias Unidas, uns e outros portugueses enlaçados por negócios e, ainda, irmanados no seu antagonismo contra Castela, baluarte da Reforma Católica e do imperialismo dinástico. A suscitar antipatias mútuas, entremetiam-se, ademais, os pendores dos neo-cristãos portugueses pela causa nacional portuguesa do desarvorado Prior do Crato e seus filhos. Nas côrtes da Eu-

(74). — *Restauración de la Ciudad del Salvador (1628)*, pág. 147.

(75). — C. R. de 23-9-1610 que participava ao Governador da Bahia a trégua de doze anos com a Holanda, ordenava-se procedesse contra os holandeses que cá viessem comerciar. *Aditamentos a Sinopsis Cronológica desde 1527 até 1796*. I (Ms. s/d, s/pg. Bibl. Nunes Dias — São Paulo).

(76). — Na véspera do ataque à Bahia, mercadores flamengos avisavam por cartas a seus correspondentes na Bahia que guardassem suas fazendas para não perdê-las. Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 203.



ropa pleiteavam êles pelo bastardo exilado (77). No mundo espanhol, cristão-nôvo era olhado como um rebelde latente (78).

E as Províncias Unidas sublevadas não podiam deixar de suscitar simpatias: em suas cidades, os perseguidos haviam encontrado acolhimento em momento de crise, e conquistaram ou consolidaram posições na área da ação econômica, a acelerar a fermentação capitalista.

Entre os Habsburgos patronos da Inquisição e do monopolismo e os Oranges da tolerância e do *mare liberum*, só uma podia ser a opção dos cripto-cristãos. O contraste das duas políticas induziria naturalmente os cristãos-novos da Colônia, em sintonia com os da Europa, a cultivar uma solidariedade subterrânea com os flamengos que enxameavam os mares coloniais, e que só de quando em quando se deixavam apanhar nas malhas frouxas do exclusivismo peninsular. Agenciavam-lhes os negócios. Se eram surpreendidos e presos, assistiam-nos e favoreciam-lhes as fugas. E, neste empenho, não raro, podiam contar com a benevolência ou cumplicidade, aliás lubrificada pela intercessão de certos homens ricos, de certas autoridades portuguesas.

Dois exemplos ilustram o procedimento. Rodrigo Pedro (ou Petrim) e Francisco Duchs (ou de Lucena?) ambos evadidos da Bahia no Governo de D. Luís de Sousa. Este Rodrigo Pedro, holandês, vivia casado com mulher portuguêsã no Espírito Santo. Em companhia de um mercador, Manuel Teixeira, passou-se a Lisboa e daí para a Holanda com duas naus e um patacho. Voltou ao Brasil, para Vila Velha onde estava a mulher, sendo então prêso e levado ao capitão Gaspar Álvares de Siqueira e ao juiz Antão de Mesquita. Foi condenado: frente à cadeia erigiu-se uma fôrca. Com indulgência do capitão, entrementes, saía a carenar os navios na barra e a fazê-los remontar o Cricaré para carga de pau-brasil, com ajuda de um mameluco e de um Domingos Cardoso que lhe acarretava mercadorias de contrabando. De tudo soube a Metrópole que, em 1618, ordenava a D. Luís de Sousa mandasse um desembargador a devassar as culpas, fa-

---

(77). — Os judeus patrocinavam a causa de D. Antônio, financiando sua evasão do Marrocos, a benevolência de Roma, seu desembarque em Portugal com Drake (Cabrera y Cordoba, *Filipe segundo, rey de España (1619)*, II, 501, 554 e III, 351.

Judeus eram seus agentes na Europa. Ao fugir, asilou-se em Paris na casa de Alvaro Mendes que o protegeu e subvencionou-lhe as ambições. Em Londres, morou em casa do dr. Rodrigo Lopes que o aproximou de Isabel, dos poderosos Anes, de Heitor Mendes, de Jerônimo Pardo. Alvaro Mendes, com apóio do famoso José Mendes Nasi, duque de Naxos, agenciou para êle o interesse do Sultão. (Walsh (W. T.), *Filipe II*, trad. esp. Madrid, 1951, págs. 665, 698, 699, 700 e 733).

(78). — Exemplo. Numa C. da Audiência de Charcas a 15-3-1599 sôbre gente portuguêsã em Potosí: "... pela maior parte vêm fugindo do castigo por sequazes de D. Antônio, por delitos cujo conhecimento pertence à Inquisição..." Canabrava (Alice), *O comércio português no Rio da Prata* in "Boletim da F. F. C. Letras" nº 35 (São Paulo, 1944), pág. 135.

zendo sentenciar o flamengo na Relação. Remetido às autoridades da Bahia foi condenado à morte, mas teve sobrestada a sentença pelo Rei (79). Logrou então escapar para a Holanda, voltando em 1624 como capitão de um dos navios (80). Ainda capitão de uma nau, talvez por sugestão sua, regressou com Pietr Heyn a atacar o Espírito Santo onde havia sido morador, e “de sorte malfeitor”. No rencôntro com as tropas de Salvador Correia de Sá e Francisco de Aguiar Coutinho veio a morrer o “traidor Rodrigo Pedro” (81).

Francisco Duchs, chegado ao Brasil com a frota de Joris van Spilberg foi surpreendido e aprisionado na Marambáia por Martim de Sá que consigo o reteve no Rio de Janeiro, até que em 1608-1609 foi remetido para a Bahia onde, por muito tempo ficou prisioneiro (82). Mercê de amizades logrou fugir, em uma caravela apresada no mar por seus compatriotas, para retornar com a expedição de 1624, feito capitão. E’ o capitão Francisco de Frei Vicente do Salvador, e figura de relêvo na empresa (83). Não é impossível seja êle o mesmo corsário Francisco de Lucena (84) que Valencia y Guzman regista como aprisionado na Bahia em emboscada, ao tempo de D. Luís de Sousa, e por muitos meses retido prisioneiro até que fugiu para a Espanha, de onde, graças à trégua vigente para a Europa, passou-se para a Holanda a informar os Estados sôbre as possibilidades do país, a precariedade das defesas e, o que é significativo, sôbre as disposições favoráveis dos cristãos-novos, para, ao depois, vir desembarcar na Bahia como capitão na armada de Willekens (85). Entre os que negociaram e assinaram a capitulação em abril de 1625, talvez por co-

- 
- (79). — Não sabemos como conciliar esta informação e a C. de 6-10-1620 a D. Luís de Sousa, em que se mandava que a sentença da Relação contra Rodrigo Pedro de nação flamenga, prêso na cadeia da Bahia, se executasse. *Liv. 2º do Govêrno do Brasil*, in “Anais do Museu Paulista”, III, 2a. p., pág. 112.
- (80). — Seria Pierre Frederic que comandava o navio “Nassau”? *Docs. Holandeses*, I (Rio de Janeiro, 1945) pág. 14.
- (81). — C. R. de 29-8-1618, in *Liv. 2º do Govêrno do Brasil* in “Anais do Museu Paulista”, T. III 2a. p. (1927) pág. 75. Guerreiro (B.), *Jornada dos Vassalos...*, cap. II, pág. 5; Frei Vicente, *História do Brasil* (ed. 1954), pág. 429.
- (82). — Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 381 e nt. Varnhagen, *História do Brasil*, T. II, pág. 201 nt. de R. Garcia.
- (83). — “A quarta pessoa em autoridade que na armada vinha, era Francisco Duch...” Guerreiro, *op. cit.*, cap. II, pág.
- (84). — De Lucena por Du Chesne. Capitão Francisco, holandês, chama-o Frei Vicente que o diz prêso por muito tempo na Bahia. *Op. cit.*, pág. 419. “Duquesneck” chama-o Tamáio de Vargas (*Restauración...* pág. 133); “Duquesme” em Manuel de Meneses, entre os signatários da Capitulação (*Recuperação da cidade do Salvador*, in “RIHGB” T. 22 (1859), pág. 588). J. de Laet coloca-o entre os negociadores, e o nomeia “Franchois Du Chesne” (*Anais dos feitos da Companhia...*, trad. pág. 91).
- (85). — *Compendio historial de la Jornada del Brasil...* (1628), in “RIGH da Bahia”, nº 78, pág. 202.

nhecer a língua do país, figura seu nome. Permaneceu no Salvador durante a ocupação neerlandesa (86).

Evasões, eis amostras da solidariedade suspeita de elementos da terra. Francisco Duchs, foi, numa noite, libertado por um cristão-novo “muy poderoso en la dicha ciudad”, Gabriel Rodrigues Sanches (87), ajudado pela cumplicidade de Rodrigo Pedro “avecindado en la tierra”, escondeu-o em sua casa, e afinal fê-lo embarcar para a Europa (88). Prova concreta de convivência de marrano da Bahia com gente da Flandres. Não é improvável seja êste Rodrigo Sanches o mesmo português que, durante a ocupação acompanhava ao capitão Francisco à Ilha de Boipeba onde, pelo senhor de engenho Antônio de Couros foi desafiado e acusado de

“tredo a el-rei e parcial dos Holandeses” (89).

Verdade é que Manuel Rodrigues Sanches que em janeiro de 1624 tinha apenas 45 anos (90), com a reconquista foi póstumamente alcançado pela justiça de guerra (91), e em 1625, nesse mesmo ano, portanto, casava-se sua viúva D. Brites (92) com o capitão João Pais Florião que, em 1626, como sucessor o representava nos tribunais (93). Todavia, aquela amizade imprudente com o cap. Francisco não impediu fôsse o engenho de sua mulher em Matoim atacado e incendiado pelos invasores (94). Com aquêles antecedentes comprometedores, marcado por denúncias perante o Santo Ofício em 1618 (95), Manuel Rodrigues Sanches parece configurar o “colaboracionista”, edição de 1624, tanto mais fortemente indiciado, quando mantinha por caixeiro a Luís Álvares que vivera longamente em Amsterdão (96).

Referências fazem-se ainda à participação de Manuel Vandale, neerlandês a que já nos referimos, que terá prestado serviços à conquista da Bahia pelo conhecimento que tinha da terra e de suas verdadeiras forças (97). Fôra prêso em 1608, depois de se lhe negar a

(86). — Fr. Vicente, *op. cit.*, págs. 440 e 442.

(87). — Pensamos tratar-se antes de Manuel Rodrigues Sanches, que era, de fato, poderoso na terra — mercador e senhor de engenho. Cristão-novo.

(88). — Valencia y Guzman, *loc. cit.*

(89). — Fr. Vicente, *op. cit.*, pág. 405.

(90). — *Liv. Primeiro do Governo do Brasil*, pág. 395. Nestas Confissões diz ter 40 anos em 1618.

(91). — Valencia y Guzman, *op. cit.*, 296.

(92). — Jaboatão, *Catal. Geneal.*, pág. 242.

(93). — *Livro Velho do Tombo de São Bento (1945)*, pág. 110.

(94). — Fr. Vicente, *op. cit.*, 414; *Anua do Pde. Antônio Vieira* in “*Cartas*” (ed. Lúcio de Azevedo, 1925), I, pág. 36. E, provavelmente, Guerreiro (P. de B.), *Jornada dos Vassalos...*, cap. 24, pág. 38.

(95). — *Denunc. da Bahia, 1618* in “*Anais da Biblioteca Nacional*”, vol. 49 (1936), págs. 119, 128.

(96). — *Idem*, págs. 121, 128-129. V. *Confissão de Luís Álvares*.

(97). — Rebelo da Silva (L. A.), *História de Portugal dos séculos XVII e XVIII*. (Lisboa, 1867), III, pág. 338.

naturalização que pedira, e remetido para o Reino, juntamente com outro flamengo apanhado no Rio de Janeiro, que desapareceu na Bahia e evadiu-se na caravela de Pero da Silva que em 1609 os holandeses tomaram, escapando assim ambos para a Holanda (98).

Há ainda a escrever-se todo um capítulo a respeito dos correspondentes de mercadores flamengos na Bahia. Desde a década de 1580-1590 multiplicavam-se os navios holandeses no Recôncavo a recolher açúcares e largar mercadorias. Não seriam poucos, e alguém havia de agenciar os negócios destes estrangeiros que legalmente não tinham acesso direto ao mercado. Provavelmente, cristão-novos emigrados da Holanda, ou do Pôrto. Aquêles que nas Confissões e Denúncias não são dados como moradores na Bahia, mas qualificados como mercadores, estantes na Cidade. Gente que estivera em Flandres como Diogo de Évora, Manuel Carvalho Homem ou Diogo Dias Querido que para lá retornara e já era falecido em 1618 (99). Ou Simão Nunes de Matos que acabou senhor de engenho e que na Holanda tinha parentes. Ou Francisco Lopes Franco, também cristão-novo, que, recebendo uma herança, se passou para lá (100). A existência desses correspondentes transparece na crônica de Valencia y Guzman (101).

Ao decidir a Companhia investir contra Salvador, estavam seus diretores advertidos da benevolência dos residentes néo-cristãos (102). Testemunho de espias como Rodrigo Pedro, Duchs, Vandale. De outros como Dirde ou Dierick Ruyter, de Midleburgo, que também estivera, por volta de 1618, detido no Brasil (103), e que também retornara a orientar os invasores. A seus patrícios dizia que os marraños da Bahia haveriam de preferir a bandeira dos Ornges a uma visita do Santo Offício (104). Tinham pois os flamengos esperanças uma adesão por causa do comércio que haviam outrora mantido e de sua

- 
- (98). — C. de Diogo de Menezes de 22-4-1609, apud Varnhagen, *História Geral do Brasil*, II, pág. 201 nt. de Rodolfo Garcia. A este outro flamengo identifica Rodolfo Garcia com Francisco Duchs.
- (99). — *Denunc. da Bahia* — 1618, págs 123, 163. V. também estas Confissões.
- (100). — *Idem.*, pág. 186.
- (101). — *Compendio historial...*, pág. 203.
- (102). — Em carta apreendida a um holandês, mais tarde, dizia-se que os cristãos-novos se haviam de render à chegada dos holandeses, ou, pelo menos, seriam negligentes na defesa. Vilhasanti (P. Cadena), *Relação Diária do Cêrco da Bahia* (Lisboa, 1941), pág. 107.
- (103). — Escreveu em 1623 uma narrativa de seu cativo ed. em 1913 por L'Honoré Naber in *Toortze der Zeevaert (1629)*, pág. 35, apud Boxer (Ch.), *Os holandeses...*, pág. 22 nt; Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio holandês* (Rio de Janeiro, 1949), pág. 55. Existe uma carta da esposa de Dirck de Ruyter aos Estados Gerais pedindo sua intercessão junto ao Governador da Bahia em favor do marido então prisioneiro e ameaçado de morte, em 1618. Edmunson (G.), *The Dutch Power in Bzil in 'English Histor. Review'*, nº 43 (1896), pág. 243 nt.
- (104). — Apud Boxer, *loc. cit.*

“inimizade perpétua com os castelhanos, confessa o calvinista Estartenius” (105).

Esta disposição de ânimo seria talvez apenas daqueles que com a Holanda mantinham relações. Dos quase-holandeses. Em geral, os menos cristãos dos cristãos-novos: além do interesse mercantil, teriam o que temer de um retôrno ofensivo do Santo Ofício.

Na preparação da investida, que papel terão tido os cristãos-novos? Duas oportunidades de intervenção: na instituição da Companhia com seus intuitos agressivos, e no planejamento do ataque.

A colônia judáica de Amsterdão, como aliás em Londres (106) e alhures, tinha rancor: do Império hispânico que encarnava tudo o que só podia detestar. Os tribunais do Santo Ofício sufocavam a autenticidade religiosa dos judeus e o exclusivismo comercial que lhe tolhia o livre acesso aos mercados coloniais e a participação direta no tráfico, mercê do que, poderia enriquecer para subvencionar sua tranquilidade, seu *status* burguês, suas eventuais promoções sociais, o prestígio, o poder, a respeitabilidade. O poderio peninsular, com seu cruzadismo judiciário e burocrático tornava o Ocidente irrespirável para os judeus, justo onde o Atlântico se abria em imensas oportunidades econômicas. Aluir o Império, para eles, seria uma fórmula de sobrevivência e prosperidade.

Assim sendo, os marranos emigrados para o norte e, em geral, rejudaizados, os sefardins fugitivos naturalmente aliavam-se aos inimigos dos Reis Católicos. Se a Holanda que os acolhia atacava o Império, não ficavam eles indiferentes ante o duelo.

Quando em 1621 se constituiu a Companhia das Índias Ocidentais, era óbvia a participação nela dos marranos de Amsterdão. Todavia esta participação nos capitais levantados foi modesta (107), e proporcionalmente pequena. Mercadores judeus não tiveram cargos de responsabilidade na direção: holandeses são os nomes diretores da

---

(105). — C. in Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 286. Cf. Edmundson (G.), *The Dutch Power in Brazil* in “English Histor. Review”, nº 42 (1896), pág. 241.

(106). — O sefardim Jorge Anes ou Ames era figura de prestígio: seu filho Francisco foi agente de Drake nos Açores; sua irmã Sara Anes casou-se com o dr. Rodrigo ou Rui Lopes, médico da rainha Isabel. Hyamson (Albrt M.), *The Sephardim of England* (Londres, 1951), págs. 5 e 7. Este famoso médico protegeu o Prior do Crato contra Felipe II. Ainda, Heitor Nunes, médico de fama e mercador informava a Washington sobre a Invencível Armada. *Idem.*, pág. 6. Expulsos em 1609, sob a reação de Jaime I, reaparece a comunidade sefardita depois de 1630, com Antônio Fernandes Carvajal, português, emigrado das Canárias com suas riquezas, e que, contra a Espanha informava Cromwell. *Idem.*, págs. 9-12.

(107). — No capital de 3 milhões de florins subscritos por Amsterdam, apenas 36 mil eram israelitas. Ch. Boxer, *Os Holandeses no Brasil*. Trad., pág. 14.

Companhia (108). Todavia, na medida de suas possibilidades, que ainda não poderiam ser grandes, não estavam ausentes da empresa cujas perspectivas econômicas, além das políticas, podiam avaliar. Participação de marranos da Holanda: e os do Brasil? Talvez algum antigo morador, retornado rico a Amsterdão estivesse entre os acionistas. Não o sabemos.

Interferência nos planos? Quando os holandeses começaram sua tentativa de conquista, diz Cecil Roth que

“os cristãos-novos locais, ardentemente esposaram sua causa”  
(109).

Lembra que Francisco Ribeiro que era capitão na Bahia e que aparece como envolvido nas tramas iniciais, tinha parentes na Holanda.

E acresce que os judeus Nuno Álvares Franco e Manuel Fernandes Drago que na Bahia viveram foram os autores do plano de conquista (110). Como documentar convincentemente essa supervisão hebraica da empresa holandesa no Brasil?

Expressivamente, Ch. Boxer nega essas asserções fundadas em uma duvidosa denúncia ocorrida em Pernambuco, em 1634 (111).

Generaliza Roth o que poderia ter sido a disposição de alguns, mais ligados ao intercâmbio com os portos do Norte, esquecendo-se de quantos cristãos-novos, como Agostinho de Paredes ou os Brito, empenharam-se em favor dos portugueses. Não é verossímil que os holandeses, grandes e experimentados marinheiros no século XVII, entregassem a mercadores marranos, recentemente instalados em suas cidades, o planejamento de suas empresas, mormente quando, graças à frequência de seus barcos aos portos do açúcar, podiam ter, por emissários seus, tôdas as indicações que desejassem. Delegaria Pieter Heyn a obscuros cristãos-novos a arquitetura de sua estratégia de conquista?

Que a correspondência entre cristãos-novos de ambos os lados do Oceano carresse informações, é provável. Aliás carreavam-nas também de Amsterdão para a Península (112). E cada qual fazia

(108). — V. Lista dos diretores in Laet (J.), *História dos Feitos...*, pág. 22-27.

(109). — *The history of the marranos*. (Filadelfia, 1941), pág. 25.

(110). — *Ibidem*. Atribui a Francisco Campos a conquista de Fernão de Noronha e a Davi Peixoto o comando de frota contra Pernambuco. Bloom (H. I.), *The economic activities of the Jews of Amsterdam* (Williamsport, 1937), pág. 129. Para Bloom a conquista de Pernambuco foi obra de judeus de Amsterdão tendo a frente Antônio Vaz Henriques (Moses Cohen) que acompanhou a expedição.

(111). — Boxer (Ch. R.), *Os holandeses no Brasil*. Trad. (São Paulo, 1961), pág. 51 nt.

(112). — Da Holanda o judeu português Manuel Soeiro em 1624 informava a Madrid dos preparativos holandeses, sendo largamente recompensado. Ch. Boxer, *op. cit.*, pág. 33.

Diz Fr. Santa Tereza: “Ainda os mercadores de Amsterdão escreveram aos de Lisboa que conquanto o ráio daquela frota ameaçava a Índia, seria porém o Brasil que receberia todo o golpe”. *Istoria delle guerre del Regno del Brasile...* (Roma, 1698), p. I, liv. II, pág. 57.

delas o uso mais conveniente em cada circunstância. Numa luta entre cristãos protestantes e católicos, os judeus batiam-se em verdade, pelos judeus. Como os portugueses quando participavam das lutas entre príncipes indianos. Ou, mais perto, os espanhóis e franceses, quando se degladiavam os príncipes da Itália. Duplicidade Digamos que era política. Ilustrações concretas da política, a política de sempre.

No assalto à Bahia. Em 1624, teriam ocorrido combinações prévias no sentido de uma intervenção deliberada e imediata dos cristãos-novos descontentes? Faltam provas. A Companhia das Índias apenas terá sacado sobre uma presumível receptividade dos elementos de alguma forma ligados ao comércio holandês, e desafeiçoados ao domínio espanhol (113). Nos relatos holandeses, sobretudo os oficiais, e portanto reservados, não são apontadas ajudas antecipadamente encomendadas. Omissões maliciosas? Em partes oficiais, não são de se presumir.

Após o primeiro desembarque, em Vila Velha, junto ao forte de Santo Antônio, ao avançar sobre a cidade, foram os atacantes guiados por gente sua (114). Por Pieter Colver e Dierick Ruyter que, devido a estadas anteriores conheciam os caminhos (115). Ou por Ruyter e Duchs, como assevera Brito Feire (116). Ou por Federico Rutter e Rodrigo Petrim, holandeses práticos na terra por nela haverem estado presos (117).

Ao grimpar o difícil caminho que dava acesso ao *plateau*, estiveram os soldados, que marchavam em ordem e com artilharia leve, hesitantes e mal orientados (118). Nada parece indicar a presença de guias seguros tomados entre os moradores.

Quando, ao amanhecer em São Bento, dispunham-se para a investida às portas da Cidade, foi-lhes ao encontro o primeiro colaborador — um português, com bandeira branca, a avisar que os defensores se haviam retirado (119), e eles puderam entrar pelas portas abandonadas. Deserta encontrava-se a cidade.

- 
- (113). — Cf. *Jewish Encyclopædia*, II (107), vbo. Bahia, pág. 441; vol. III, pág. 359.
- (114). — Netscher (P. M.), *Os holandeses no Brasil*. Trad. (São Paulo, 1942), pág. 60.
- (115). — V. *Relatório dos Delegados dos Diretores da Companhia das Índias Ocidentais* (1624) in *Docs. Holandeses*, vol. I (Rio de Janeiro, 1945), pág. 9; Laet (J.), *História dos Feitos...*, pág. 47, *in fine*.
- (116). — *Nova Lusitania* (1675), Liv. 2<sup>o</sup>, § 123, pág. 66.
- (117). — Tamáio de Vargas (T.), *Restauración de la Ciudad del Salvador...* (1628), págs. 37-38.
- (118). — C. de H. Estartenius in Valencia y Guzman, *Compendio Historial*, in *loc. cit.*, pág. 285: "... nossa gente perdida por não saber o caminho andava de uma parte para outra, e muitos com sede se haviam embebedado".
- (119). — Aldenburgk (J. G.), *Relação da Conquista...* Trad., pág. 172 "... logo que os tambores romperam a alvorada, apareceu junto à citada porta um português com bandeira branca a entregar a cidade...". *Relatório cit.*, pág. 10: "... haviam chegado diante das muralhas, avisando aí um português que erguia uma bandeira branca e, dizendo-lhes

“Só se acharam alguns negros e dois homens velhos”, diz Guerreiro (120).

Brito Freire porém acreditava que muitos cristãos-novos se haviam incorporado às hostes neerlandesas, antes mesmo de sua entrada (121). Não deve ser verdade — e Brito Freire escreve muito depois do fato; se essa adesão não fôsse anterior, o homem da bandeira branca iria contar notícia já conhecida pelos atacantes.

Quem seria êsse pseudo-traidor que entregava uma cidade sem defensores? Um cristão-novo chamado Diogo Lopes de Abrantes, identifica Valencia y Guzman (122). Sobre êle não encontramos maiores referências. Seria o mesmo Diogo Lopes de Évora que um denunciante em 1618 dizia não saber de onde era natural (123), mas que era efetivamente de Évora? (124) Dêste, o nome aparece às véses deformado: Diogo Lopes de Nora (125), Diogo Lopes de Sousa (126).

Diogo Lopes de Évora era cristão-nôvo, confeitiro, solteiro e morador na Cidade onde arrendara mediante fôro, o guindaste que, da Práia, no local chamado da Preguiça, no pôrto de Baltasar Ferraz, ascendia até a Cidade alta, guindaste que passou depois a Antônio Rodrigues Moreira (127), e que em 1618 estava em construção (128). Podia ser êle. Andara, com carga de açúcar da Madeira, por Amsterdão, onde encontrara ao mercador Diogo Dias Querido, que residira na Bahia e que insistira por casá-lo com sua irmã, recusada por ser

---

que os habitantes e soldados se haviam retirado da cidade, notificava-os de que podiam entrar sem combate”.

*Relation véritable de la prinse de la Baya de todos los Santos et de la ville de S. Sauveur, en Brésil, par la flotté hollandoise.* 1624 in Ternaux-Compans, *Archives des voyages*, I, 454: “... appercent l’enseigne blanche sur le rempart, et un Portugais, qui l’assura que la ville estoit abandonnée, qui le fit resoudre, ayant quelques autres indices de cetre vérité, a mener ses gens aux portes, qu’il trouva toutes ouvertes, et les rues entièrement desertes”.

Em Narbona y Zuñiga, *Hist. de la Recuperación...*, pág. 170: “... ao amanhecer entrou o inimigo sem resistência avisado e chamado (segundo se disse) por um dos vizinhos que se acomodaram com a fortuna do vencedor...”.

(120). — *Op. cit.*, cap. II, pág. 6.

(121). — Esta versão, já referida, talvez tenha induzido Rocha Pita, ao falar de “alguns cristãos-novos degradados que pouco antes de amanhecer se tinham passado para o seu exército”. *Hist. da América Portuguesa* (ed. 1878), pág. 150.

(122). — *Compendio historial*, pág. 208. Cf. págs. 295 e 296.

(123). — *Denunc. da Bahia — 1618*, pág. 122.

(124). — *Idem.*, pág. 163.

(125). — *Livro do Tombo da Prefeitura Municipal do Salvador* (Bahia, 1953), I, pág. 5.

(126). — Borges de Barros, *Novos documentos para a História Colonial* in “Anais do Arquivo Público da Bahia”, vol. XX, pág. 138.

(127). — *Livro do Tombo da Prefeitura do Salvador. Loc. cit.*; Borges de Barros, *op. cit.*

(128). — *Denunc. da Bahia — 1618*, pág. 123.



judia (129). Era homem de prestígio social: em janeiro daquela ano de 1624, fôra ouvido na residência de D. Luís de Sousa (130). A identificação poderia ser verossímil, dado o fato de Diogo Lopes de Évora ter estado na Flandres, e ter em data próxima perdido a concessão do guindaste, o que permitiria suspeitar seu envolvimento com os invasores em 1624. Todavia, devem ser pessoas distintas: pelas Denúncias de 1618 sabemos ser Diogo Lopes de Évora solteiro, enquanto que Diogo Lopes de Abrantes, mercador na mesma data era casado com Maria Cardoso (131).

Quantos outros, além de Diogo Lopes de Abrantes haveriam aguardado a entrada dos holandeses, para, desde as primeiras horas colaborar com êles? Ou simplesmente para preservarem suas casas, lógeas e bens? Não sabemos. Alguns? Nenhuns?

Resta ainda a responsabilidade pelo desatado pânico que, sob o impacto da bem coordenada investida dos adversários desnorteou aos defensores, arrastando-os ao tumultuário abandôno da Cidade. Poderia ter sido ateadado, mediante conlúio prévio ou por impulso de espontânea cooperação, pelos cristãos-novos afim de desconcertar os ânimos já inseguros. Há historiador que acolhe a suspeita de haverem êles semeado o pânico que levou ao abandôno dos postos os soldados, e a população à fuga, afirmando ainda que mantiveram relações com os agressores antes, e aconselharam depois a capitulação (132).

O provincial dos jesuítas que, chegando do sul, esteve logo após na cena, o Pde. Domingos Coelho escreveu de bordo onde estava prisioneiro dos vencedores. O sobressalto adveio da fuga da tropa que defendia a terra junto ao forte de Santo Antônio, onde o mêdo foi tal que, nem brancos nem índios se contiveram, cada qual procurando, sem pelejar, pôr-se a salvo, pelo que, os holandeses marcharam com sua ordenança trazendo alguma artilharia até São Bento (133).

Com a presença dos holandeses em São Bento, deflagrou-se o pânico.

“Aterrorizaram-se tanto nos nossos, que na Cidade estavam, diz o jesuíta, que, ajudando-se da sombra da noite, que é boa capa do mêdo, os mais dêles desampararam seus postos e secretamente se começaram a sair da Cidade, sem serem bastantes os contínuos rogos e palavras brandas do Governador para os fazer reter...” (134).

---

(129). — *Ibidem*.

(130). — *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil*, pág. 399.

(131). — *Denunc. da Bahia — 1618*, págs. 123, 163 e informação de R. Garcia a a pág. 93.

(132). — Pires de Lima (D.), *Temas do Brasil Colonial* in “Anais da Academia Portuguesa de História”, vol. VII (1942), págs. 216, 217.

(133). — C. de 24-10-1624 in Serafim Leite *História da Companhia de Jesus no Brasil*, T. V, pág. 38.

Não é improvável que os soldados tenham contagiado os moradores. O Pde. Manuel Fernandes que participou até o final dos acontecimentos, com a responsabilidade do colégio depois que o velho reitor Fernão Cardim se retirou para a Quinta do Tanque, depõe:

“A verdade é que tôda a gente de guerra (que seriam perto de quatro mil homens) fugiu naquela noite da Cidade, e o senhor Governador ficou só com alguns, muito pouco, dos mais graves...” (135).

À tudo, em sua juventude assistiu o Pde. Antônio Vieira, que assim descreve o pânico que derruiu a defesa:

“Era já nesse tempo alta a noite quando de improviso se ouviu por tôda a cidade (sem se saber donde teve princípio) uma voz: já entram os inimigos, já entram, os inimigos já entram; e como no meio desse sobressalto viessem outros dizendo que já vinham por tal ou tal porta...” (136).

Desdobrou-se então a confusão. O mêdo pânico. E, incontida, acelerou-se a fuga. Desarticulada a resistência, despejou-se totalmente o burgo de onde a coragem desertara antes dos moradores.

Sem se saber onde teve princípio, diz Vieira. Severim de Faria parece, ao ecoar, insinuar uma intenção má, ao escrever:

“Neste tempo se levantou *voz falsa* pela cidade que dizia que já “os cristãos novos locais, ardentemente esposaram sua casa” cidadãos que, cuidando cada um que já os tinham consigo, todos desampararam a cidade e fugiram, pondo em côbro o que cada um tinha...” (137).

O mêdo enganava mesmo aos mais sensatos. Conta ainda o Pde. Manuel Fernandes que, ao depois, esteve na resistência pelo sertão, que, depois da meia noite entrou pela Portaria do Colégio o Bispo, acompanhado de seculares e eclesiásticos, entre os quais os jesuítas Gaspar da Silva e Simão de Souto Maior, disposto a ir para a Quinta do Tanque. Estes

“disseram que já tinham dito ao Senhor Bispo que tudo estava acabado, que todos eram fugidos, e os inimigos vinham entrando sem ninguém os impedir. O mesmo certificou o Pde. Jerônimo Peixoto que lá andara animando e vendo o que se passava” (138).

(134). — *Loc. cit.*

(135). — C. de 25-7-1624 in Serafim Leite, *op. cit.*, pág. 31.

(136). — C. *Anua de 1626* in *Cartas do Pde. Antônio Vieira* (ed. J. Lúcio de Azevedo, 1925), I, pág. 17.

(137). — *História Portuguesa* (ed. B. Stuart), pág. 27.

(138). — *Carta cit., loc. cit.*

Os padres que falavam, uns deviam vir do palácio, e o Pde. Jerônimo Peixoto assistira à debandada dos defensores da praía de Vila Velha.

Existiria um deliberado propósito de desagregação da resistência, mediante uma descarga psicológica de alarme? O relatório holandês regista a deserção em massa e a explica pelo mêdo que tiveram os soldados e habitantes, ante a suposição que os demais navios ainda despejariam tanta gente quanto os quatro primeiros que transportaram as tropas de desembarque. Nada fala a respeito de falsos rebates que tivessem sido maliciosamente propalados por elementos coniventes de dentro da Cidade (139). Por sua vez, Brito Freire, com simplicidade, atribui a confusão à

“bisonheria e à novidade” (140).

J. Laet adota a explicação nacional do Relatório — os da cidade amendrontaram-se com a perspectiva de maior número de atacantes (141).

Os fenômenos de contágio coletivo, irracionais como são, explicam-se melhor pelas predisposições dos espíritos. O pânico e o desalento, frutificações do mêdo, resultaram antes daquele cenário de pesadelo no coração da noite, no descompasso dos estrondos da própria luta do que do balanço das fôrças adversárias. Ainda o que viu o Pde. Vieira:

“E foi tal a tempestade de fogo e ferro, tal o estrondo e confusão, que a muitos, principalmente os pouco experimentados, causou perturbação e espanto, porque, por uma parte os muitos relâmpagos fuzilando feriam os olhos, e com a nuvem espessa do fumo não havia quem se visse; por outra, o continuo trovão da artilharia tolhia o uso das línguas e orelhas, e tudo junto de mistura com as trombetas e mais instrumentos bélicos era terror a muitos e confusão a todos” (142).

Uma situação anômala de bloqueio do uso dos sentidos, uma estranha pressão. O bombardeio da cidade baixa. O assalto bem sucedido ao inacabado forte da Lage que, pelo inimigo foi silenciado e largado ao depois, fugindo a nado os defensores sobreviventes. A morte, na Praía, de uns tantos moradores conhecidos. O incêndio dos navios ancorados no pôrto, a semear nas águas da baía o sinistro clarão do fogareu, que ateadado no breu e açúcar alçava às nuvens enor-

(139). — In Aldenburgk (J. G.), *Relação...*, cit. pág. 241.

(140). — *Op. cit.*, Liv. Segundo, pág. 67.

(141). — “... porque temiam que houvesse ainda maior poder de gente, que a que tinham visto, não ousaram aguardar o dia seguinte...” (*História dos Feitos...* (Rio de Janeiro, 1916), pág. 48.

(142). — *Op. cit.*, pág. 15.

mes labaredas que davam luz a todo o pôrto (143). Junte-se o desembarque e a movimentação das tropas, ao rufar de tantos tambores cadenciando o avanço (144) a exagerarem as passadas dos invasores. Deserta tôda a gente com o Bispo, o clero. Desertam defensores, soldados e comandantes (145). Tudo enfim compunha em rápidas mutações um quadro de catástrofe e impotência. Que esperar? Poucos eram os soldados do presídio, capitães eram, em geral, senhores de engenho e funcionário-régios. Civis. Precárias as muralhas (146). Na retro-cena o mêdo crônico dos corsários, que de repente, se transmudava num paroxismo de trágica realidade. Pré-derrotados, optaram todos pela evasão do inferno.

Notícias derrotistas, decerto haveriam de circular na pequena cidade mal-defesa e surpreendida após meses de tensão. Não foram elas que provocaram o pânico de desastrosa conseqüência: já eram o próprio pânico, ou expressão dêle. E cada qual, dando curso aos boatos ia justificando a própria disposição de evadir-se com família e bens, encadeando-se assim uns aos outros no contágio da fuga.

Um episódio militar revela que o desânimo não se fabricou dentro das muralhas com as vozes alarmistas de alguns mal intencionados. Entre os soldados que, com seus respectivos capitães deviam defender o passo do porto da Vila Velha. Ao verem desembarcar os flamengos, puzeram-se em irreprimível debandada, sem que lograsse detê-los, junto à ermida de Nossa Senhora da Vitória — caprichosa ironia — Francisco de Barros, a quem apesar de velho e aleijado, ameaçaram matar, nem Luís da Costa com seu cavalo e lança, nem o jesuíta Jerônimo Peixoto que, também a cavalo, os exortava a combater. Nem o comando, nem a ameaça, nem o conselho. Nem a idade, nem a força, nem a fé. Tudo era temor.

“Nada disso, observa Frei Vicente, bastou para tirar-lhes o mêdo que traziam, antes como mal contagioso o vieram pegar aos da cidade, ou lho tinham já pegado os primeiros nuncios...” (147).

---

(143). — Vieira, *loc. cit.*, pág. 16.

(144). — “... isto causou grande mêdo a todos os da cidade, porque, como soe acontecer a casos dessa natureza, a fama e o rumor fingiu que nossa gente era mais em número do que na verdade e suspeitaram que outro tanto ou maior número de soldados ficava nas outras naus...” H. Estartenius. Carta in Valencia y Guzman, *op. cit.*, 285.

(145). — “... todos se foram saindo, o que não podia ser sem que os capitães das portas e mais saídas da cidade fôssem os primeiros”. Frei Vicente, *História do Brasil*, pág. 395.

“... sendo na fuga, os capitães os primeiros que rogos nem ameaças não bastaram...” Valencia y Guzman, *op. cit.*, 204.

(146). — “... a cidade é uma aldeia aberta exposta a todos os perigos...” dizia em 1612 Diogo de Campos Moreno, *Liv. que dá razão...*, pág. 147.

(147). — *História do Brasil*, pág. 394. Cf. Valencia y Guzman, *op. cit.*, 206; Vieira, *Carta Anua, loc. cit.*

Esta fuga ininteligente que aos invasores permitiu chegarem à porta de São Bento, decisiva para o desfêcho, ocorrendo em plena área militar, não se pode atribuir a notícias forjadas por eventuais inconfidentes. Antes de abalar da Cidade em atropêlo, o Bispo, no Colégio da Companhia ouvira de dois ou três padres e de pessoas de fora que ela já era entrada dos inimigos, e isto o decidiu a retirar-se (148). Três padres. E pessoas estranhas ao Colégio. Seriam estas cristãos-novos a expelir cìnicamente o Prelado, a fim de acelerar o desenlace da situação? Demasiado requinte para mercadores e oficiais mecânicos. Os jesuítas consideravam perdida a luta e não fariam jamais o jôgo dos herejes que a êles particularmente detestavam.

Mais tarde, o govêrno da Metrôpole, apesar da insistência da versão da traição do interior, chamou a contas alguns dos capitães que se entendeu haverem falhado nos seus deveres. Houvera incapacidade militar na ação. De dois pelo menos temos noticia, mas deviam ser vários. Rui Carvalho Pinheiro e Gonçalo Bezerra que haviam fugido da praia de Santo Antônio, deixando desembarcar o inimigo, foram processados pelo Auditor de Guerra em 1625, perderam os postos e tiveram penas pecuniárias (149). Procedeu-se ainda a devassa contra Antônio Cardoso de Barros (150), e parece que contra Lourenço de Brito, apesar de todo o seu heroísmo como capitão dos Aventureiros.

Houve também um processo amplo que ainda perdurava em 1628 (151). Grande quantidade dos moradores apareceu culpada por "leviandades"; — em troca de um galeão artilhado, pediu-se ao Rei um perdão geral (152). Se havia culpas não as teriam apenas os cristãos-novos.

Êste processo deve porém estar ligado não só ao sucesso militar da conquista, mas principalmente ao comportamento dos moradores durante a ocupação flamenga. Colaborar com o estrangeiro configurava traição. Não terão sido poucos os que o fizeram desesperançados da reação castelhana. Quase unânimes os testemunhos.

Vieira (153) depõe claramente que

"alguns portugueses se metiam e se faziam amigos com êles para recuperar o que já perderam ou para não perderem o que ainda possuíam",

levando o Bispo a prover a fim de reprimir

(148). — Vieira, *op. cit.*, 18; C. ao Pde. Manuel Fernandes, *supra*.

(149). — Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 296.

(150). — C. R. de 7-8-1625. apud Varnhagen, *História das Lutas* (ed. 1955), pág. 80.

(151). — C. R. de 25-2-1628 sôbre a validade da devassa da perda da Bahia *cit.* in "Congr. do Mundo Português", vol. IX, T. I, 190.

(152). — *Livro Primeiro do Govêrno do Brasil*, pág. 70.

(153). — *Carta Anua, cit.*, pág. 25.

“as entradas dos amigos e as saídas dos inimigos”.

D. Marcos Teixeira para evitar o comércio com os rebeldes por parte daqueles moradores que acabaram

“ficando com os holandeses, ou por inteligências que com êles tinham, ou por seguirem a fortuna dos vencedores”,

chegou a proibir o cultivo da cana e do tabaco (154).

Houve moradores que passaram a colaborar com os intrusos. O comandante holandês, logo de início, prometeu a todos liberdade, sobretudo de consciência, e uso dos bens, precedendo a futura política de Nassau, e conclamou os vencidos, inclusive os padres, a regressarem à Cidade e retomarem suas ocupações (155). Sob condição de juramento de fidelidade aos Estados Gerais e ao Príncipe de Orange. E ainda enviava emissários negros com cartas aos moradores fugitivos a convidá-los a retornar às suas casas (156). E permitia que, com passaportes, entrassem na cidade e saíssem dela portugueses que o desejassem (157).

As promessas induziriam alguns portugueses a voltar, mas nenhuma pessoa de consideração o fêz, testemunha o Provincial Domingos Coelho (158), o que Laet confirma ao dizer que os mais abastados foram retidos de medo do Bispo e por não confiarem nos holandeses (159). E o Pde. Manuel Fernandes contava suas andanças pelos matos, cuidando que sua gente

“se não meta com os herejes, coisa que já fizeram alguns mais descuidados de suas consciências” (160).

Nenhum destes porém diz que êsses poucos aderentes fôsem todos cristãos-novos.

Pelo que conta Valencia y Guzman, os neerlandeses deixavam-nos entrar a buscar papéis e coisas, mas, para sairem, obrigavam-nos a juramento de vassalagem que assentavam em um livro (161). Temerosos porém de virem a ser por isto acusados de trato com o

---

(154). — Guerreiro (Pde. B.), *Jornada dos Vassallos...*, págs. 34 v e 35.

(155). — Laet (J.), *História dos Feitos...*, pág. 51.

C. do Provincial Domingos Coelho em 24-10-1624 in Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, V, pág. 41.

(156). — Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 210.

(157). — Frei Vicente, *História do Brasil*, Liv. 5º, cap. 24, pág. 399.

(158). — *Loc. cit.*

(159). — Laet (J.), *Loc. cit.*

(160). — C. de 25-7-1624 in Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, V., pág. 34.

(161). — Este livro, recusaram-se, cavalheirescamente, os holandeses a entregar a D. Fradique de Toledo que o exigia. Southey, *History of Brazil* (Londres, 1810), I, pág. 450.

inimigo retraíram-se os portugueses (162). Frei Vicente acresce que esta circulação ocorreu apenas no começo, até a tentativa de Lourenço de Brito de libertar o Governador, quando os holandeses redobram a vigilância, assustando aos portadores de passaportes que não mais tornaram à Cidade (163).

Nela teriam permanecido apenas dois ou três mercadores casados, com alguns oficiais mecânicos e os que, por velhos e enfermos, não puderam sair (164). Prisioneiro dos invasores, hospedou-se o franciscano em casa de um desses mercadores que ficaram — Manuel Fernandes de Azevedo, de certo, cristão-novo. Pôde então, como frade, acudir aos portugueses retidos,

“que não eram muitos, pois aos que quiseram ir-se, deram licença” (165).

Os que permaneceram foram assistidos, e aqueles artesãos — alfaites, sapateiros, costureiras — que serviam aos senhores da cidade eram bem pagos.

Não diz o cronista fôsem eles cristãos-novos. Já um holandês, aprisionado numa patrulha, em depoimento que foi enviado à Espanha, afirmava que alguns portugueses permaneceram com os invasores, vindo outros ao depois — cêrca de 190, e que ouvira dizer serem eles da nação. Adesão todavia completa pois êstes remanescentes tomavam armas pelos vencedores (166) e os de fora se podiam matavam-nos. Confirma que, com passaportes, os moradores entravam na cidade e saíam (167).

Quantos teriam colaborado com os ocupantes? E destes, quantos os cristãos-novos? Poucos, na sua maioria cristãos-novos e escravos, afirma Handelman (167).

Dizia o soldado serem cêrca de 190. Autores modernos falam de 200 marranos reunidos ao invasor, e que, deixando cair a máscara de cristãos, ainda porfiavam em aliciar outros, livres como se sentiam, das ameaças da Inquisição (169). Talvez a maioria destes 190-200 portugueses fôsse constituída de cristãos-novos, mas não todos. Nem foram todos os neo-cristãos da Bahia que se bandearam.

---

(162). — *Op. cit.*, pág. 211.

(163). — *Loc. cit.*

(164). — *Ibidem.*

(165). — Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 408.

(166). — Refere-se a Vieira a uns rebeldes portugueses que, ao Carmo, espionavam para os holandeses. *C. Anua cit.*, pág. 26.

(167). — Doc. in Doc. Ult. Port. II (Lisboa, 1962) pág. 533.

(168). — Handelman (H.), *História do Brasil*. Trad. (Rio de Janeiro, 1931), pág. 173.

(169). — *The Jewish Encyclopedia*, vol. II (New York, 1907), págs. 442 e III pág. 360; Brás do Amaral — nota às *Memórias de Acioli*, II pág. 41.

Não logramos identificar a fonte para saber se eram 200 marranos ou portugueses em geral. E' dúbia também a informação do prisioneiro.

Alguns meio cristãos-novos, senhores de engenho são capitães da defesa. Pero Garcia morreu lutando na Praia. Lourenço de Brito, capitão dos Aventureiros, que acompanhou Diogo de Mendonça Furtado até a rendição e ainda intentou libertá-lo, e pelejou na resistência tinha parte de cristão-novo. Agostinho de Paredes, capitão, por certo era de raça de nação (170). Diogo Monis Teles, “o jovem Monys”, se é como pensamos, o filho de Henrique Monis Telles, o velho, era filho da cristã-nova Leonor Antunes, cunhado do marrano Diogo Lopes Franco e genro de outro cristão-novo Manuel Gomes Vitória (171).

Entre os que freqüentaram a Cidade ocupada, alguns houve entretanto, que serviam aos defensores da terra. E chegaram a pagar com a vida a fidelidade ao Rei, pois, descobertos, foram executados para escarmento. Eram três, dos quais um pelo menos devia ser cristão-novo emigrado da Holanda, pois era “bem exercitado na língua holandesa”. Dois dêles foram: Manuel Gonçalo de Almeida e Francisco de Figueiredo (172). O português de nome Almeida, alegando negociar um pacto de liberdade de comércio, trazia perdão e instruções para portugueses e negros que estavam na Cidade (173). Era português morador na terra, e falava o holandês. Considerado traidor, foi prêso e enforcado com um irmão e um mulato que os acompanhava (174).

Se a maioria daqueles 190-200 colaboradores fôsse constituída de neo-cristãos, qual seria a amplitude proporcional dos aderentes? Contava o Salvador então, entre 10 e 12 mil habitantes, que tantos teriam fugido em tropel da cidade mestiça (175). Digamos, 10 mil: muitos dêles, principalmente índios e negros no séquito de seus senhores haveriam de ter, no Recôncavo, afluido a adensar a resistência. Dêstes, os brancos seriam 7 mil: sendo 1.400 as casas, fora os conventos (176), na base modesta de 5 moradores brancos

- 
- (170). — “... Agostinho de Paredes, da nação, natural da Bahia, capitão da dita freguesia de Tassoapina...” *Denunc. da Bahia — 1618*, pág. 145.
- (171). — Jaboatão, *Catal. Geneal.*, pág. 153. *Denunc. da Bahia — 1618*, pág. 148, onde se diz que era da nação.
- (172). — Vieira, *Carta cit.*, pág. 31. Um Gonçalo de Almeida, solicitador de negócios de Antônio Cardoso de Barros era cristão-novo. *Denunc. da Bahia — 1618*, pág. 89.
- (173). — Laet (J.), *Op. cit.*, pág. 53.
- (174). — Frel Vicente, *História do Brasil*, pág. 408.
- (175). — Vieira, *C. Anua cit.*, pág. 21.
- (176). — *Docs. Holandeses*, I, pág. 9; *Relatório dos Delegados...*
- (177). — Adotamos o cálculo de Rio Branco — 5 habitantes por casa (*Le Brésil en 1889*, pág. 116, apud Varnhagen, *História Geral*, II, pág. 7 nts). Costa Lobo, para Portugal em 1527, adota a base de 4 por fogo. (*História da Sociedade em Portugal no século XV*. Lisboa, 1903, págs. 31-32).



por fogo ou casa (177). Alguns historiadores aventam, para a época, cifras maiores, não sabemos com que fundamentos (178).

Em 1620, chegariam os cristãos-novos a mil (179); em 1624, seriam talvez pouco menos, pois, desassocegados pela Visitação de 1618 alguns teriam nos anos imediatos emigrado para o Prata, Antilhas, África ou para a Holanda (180). Não seriam contudo tantos que alterassem sensivelmente as proporções (181). Assim sendo, apenas um quinto dos marranos da Bahia, ou seja menos de 3% da população branca tiveram os holandeses, se não a seu favor, pelo menos, dispostos a comerciar com êles. Uma em cada 35 pessoas.

As Confissões e Denúncias de 1618 mostram que uns tantos dêles procediam da Holanda, ou mantinham contactos com Amsterdão, e conheciam a língua dos invasores. Dos holandeses nem todos eram soldados e marinheiros. Navios mercantes constituíam a metade da frota: por certo neles vinham mercadores em busca de negócios. Negócios que uma sociedade mercantil patrocinava. A conquista no seu aspecto político-militar, não escondia seus objetivos essencialmente econômicos. Apossamento de um mercado, pelas armas. Finalidades políticas existiam, accessórias porém. Da soldadesca rapinante eram os cerra-filas os mercadores.

Com um dêles, provavelmente judeu, casou-se, em meio a festas, aquela donzela formosa, cuja mãe largou o marido para vir meter-se na Cidade ocupada (182). Outro mercador, em Matoim, foi morto em uma emboscada (183).

Trazida para mercância, no Colégio dos Jesuítas guardava-se a fazenda dos holandeses que a avaliavam em nada menos que cem mil cruzados (184).

---

(178). — Taunay (A.) — oferece para 1600, a cifra de 8.000. Oliveira Viana, para a época, indica 3.000 famílias de brancos. Cf. Azevedo (Tales de), *Povoamento da Cidade do Salvador* (São Paulo, 1955. Brasileira) pág. 158 e nts. O *Livro que dá razão...* apenas dá a população do Recôncavo — 3.000 brancos em 1611 (pág. 140). Rio Branco calculou a população branca da capitania tóda em 12 mil habitantes *Loc. cit.*

(179). — *The Jewish Encyclopedia* (New York, 1907), II, pág. 32.

(180). — Leite Filho (Solidônio), *Os judeus na História do Brasil* (Rio de Janeiro, 1923), pág. 53. Canabrava (Alice), *O comércio português no Rio da Prata* (São Paulo, 1944), pág. 137.

(181). — Na nómina de 260 portugueses em Buenos Aires no século XVII, elaborada por Machaim, dos que têm registado o ingresso, apenas 14 entraram entre 1618-1624 — rôl muito incompleto; mas dêstes 14, quantos seriam néo-cristãos e quantos teriam ido da Bahia? Em 1619 um navio abarrotado de portugueses, em março, foi mandado voltar, mas em abril nada menos de 8 naus chegaram com passageiros portugueses. (*Los Portugueses en Buenos Aires, Madri*, 1931, págs. 116-174 e págs. 103-104).

(182). — Fr. Vicente, *op. cit.*, pág. 408.

(183). — *Idem.*, pág. 404.

(184). — Menezes (M. de), *Recuperação da Cidade do Salvador*, in *loc. cit.*, pág. 593.

“À casa da Companhia de Jesus fizeram casa de contratação, onde as celas e mais aposentos eram as tendas de todo o gênero de coisas, tanto de comer quanto de vestir que se buscassem com todos os despojos, açúcar e mais coisas” (185).

Ao Provincial Domingos Coelho revoltava essa transformação:

“o Colégio, que dantes servia de casa de oração está feito uma pública lógea e oficina de contratação”,

onde se foram agazalhar os principais mercadores que nele meteram a fazenda que da Flandres haviam trazido (186). Sinal dos tempos novos: era o Colégio o melhor edificio da Cidade, e por isso foi entregue aos mercadores, agentes da Companhia das Índias. Nem para o poder político, nem para os militares, nem para van Dorth, nem para Jacó Willekens e Piet Heyn. Para os burgueses à caça de negócios, os grandes triunfadores do momento. Podia porém consolar-se o padre, homem do ciclo heróico da catequese e das lutas espi-rituais ao saber que no Colégio profanado pela traificância dos vendilhões, eram êles assombrados por aparições vingadoras e pressagos rumores (187).

Esta afluência de mercadores setentrionais não podia deixar de envolver, com relativo desembaraço dadas as afinidades anteriores, os mercadores neo-cristãos da Colônia. Abriam-se perspectivas. Descomprometidos em relação às fidelidades dinásticas, neutros face às incompatibilidades religiosas êsses burguezes de uma e outra banda do Oceano entregavam-se, na oportunidade, ao afã de commerciar sem peias.

Por ocasião da reconquista, acharam-se nos armazens

“muitos negros e mercadorias de muitas sortes, e prata em pasta e lavrada” (188).

Escravos. Mercadorias e prata. Os flamengos estavam equipados para transviar os lealismos mais renitentes. Dificilmente, por um ano inteiro, permaneceria a cidade, empório de açúcares, uma exdrúxula e melancólica fortaleza provoad de soldados e marinheiros, rodeada de engenhos parados. Entre os mercadores da Cidade e os senhores de engenho do Recôncavo reatar-se-iam os contactos, como aliás, aconteceu anos depois em Pernambuco. Os engenhos não podiam subsistir sem sua base mercantil urbana, e a cidade não pode-

---

(185). — Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 209.

(186). — *C. cit.* in Serafim Leite *História da Companhia de Jesus*, V, pág. 42.

(187). — *Idem.*, pág. 43.

(188). — Rodrigues de Burgos (B.), *Relación de la jornada del Brasil...* (1625), fol. 4 (s/pág.).

ria sobreviver apoiada apenas no mar. A colaboração era pois fatal. E aconteceu.

Nas Casas d'El Rei, ao entrarem os restauradores acharam moedas e metais; e no Colégio dos Jesuítas e em duas casas de particulares e em outras situadas na Praia apreenderam-se mercadorias de que se fazia inventário (189). Por isso, à entrada, o Contador fôra fechando as casa e armazens onde havia fazenda, e muita, deixando aos soldados o saque do restante

— “cousa de roupa” (190).

Moedas, metais, mercadorias, tudo o que nutre o comércio que não se havia de fazer entre os holandeses ocupantes, mas, por certo, com a população dos engenhos dos arredores. Se não há exagêro oficial, só em mercadorias, os espanhóis tomaram aos holandeses, mais de três milhões, fora dinheiro e prata lavrada, e gêneros — farinha, vinho, especiarias (191). E fora os 600 negros que também eram mercadoria.

Que cristãos-novos cooperaram com os holandeses, com êles convivendo e traficando durante a ocupação, comprova-se ainda pelas punições a alguns dêles impostas pela Justiça Militar castelhana.

Trazia D. Fradique de Toledo, o chefe espanhol da expedição, ordens para apurar as defecções. A inquirição das culpas e a execução das penas foi determinada, logo em maio, ao auditor geral do exército D. Jerônimo Quesada de Solorzano (192).

Já o ouvidor geral, o velho Antão de Mesquita havia procedido a indagação, mas agora, cioso talvez de sua jurisdição ofuscada pela justiça militar castelhana, ou decidido a ressaltar reputações comprometidas, negava-se a exhibir os resultados. Acabou entretanto por oferecer informações secretas contra vários cristãos-novos da Bahia (193). Indiciada estava muita gente rica, e alguns foram sentenciados (194).

Desde logo, no ensejo das negociações da capitulação agravou-se a situação dos suspeitos. Elegante ou calculadamente, de resto, sem sucesso, intentaram os holandeses assegurar a impunidade para seus clientes e eventuais aliados, sem perceber talvez, no seu malicioso cavalheirismo, que os incriminavam perante a justiça régia. Pleitea-

---

(189). — Medeiros Correta (João), *Relaçam verdadeira de todo o sucedido na Restauração da Bahia de Todos os Santos...* (Lisboa, Craesbeck, 1625), fol. 14 (s/pág.).

(190). — *Idem.*, fol. 11 (s/pág.).

(191). — Avendaño y Vilela (F. de), *Relación del viaje y suceso de la jornada...* (Sevilla, 1625) s/pág.

(192). — Ato de 25-5-1625. Brás do Amaral in nota às *Mem. hist. e pol. da Bahia*, de Inacio Accioli, II, pág. 41.

(193). — Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 295 *in fine*.

(194). — Menezes (M. de), *Recuperação da Cidade do Salvador*, pág. 601.

ram que os portugueses da nação hebréia, a quem, ao sair deixariam na Cidade, não fôsem molestados (195). E prometiam entregar a Frei Vicente Palha e seu companheiro (196). Claramente lhes imputava a culpa de dizerem que êles tinham vindo voluntariamente, sendo mantidos pelos holandeses. Mais que denúncia, era quase um libelo pôsto nas mãos dos espanhóis. As cláusulas finais da rendição silenciaram sôbre o pedido, largando os trânsfugas à mercê dos vencedores.

Quando os restauradores entraram no Salvador, cujas portas desde então interditarão às saídas, encontraram

“alguma gente pouca que seguira a fortuna do vencedor” (197):  
“a gente da terra era alguma, os negros passavam de seiscentos” (198),  
“os mais da nação hebréia que se acomodaram à fortuna do vencedor” (199),

por descrerem que a Espanha intentasse recuperar a perda.

“Alguma gente pouca”. Quantos ter-se-iam deixado surpreender dentro da Cidade? Prenderam-se os negros e os cristãos-novos que eram 20, protelando-se a execução das sentenças para que revelassem outros culpados, informa João Medeiros de Correia (200). Repetido Pero Roiz Soares:

“prenderam-se os negros e os judeus que era vinte que estavam dentro” (201).

Bartolomeu Rodrigues de Burgos que veio como escrivão maior da Armada testemunha:

“Prendemos 23 portugueses que achamos e puzemos guardas em suas casas, e vamos fazendo diligências para ver quem foi culpado na vinda dos flamengos a esta cidade, e alguns o são” (202).

- 
- (195). — Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 271; Guerreiro (Pde. B.), *op. cit.*, pág. 56v. Menezes (M.), *op. cit.*, pág. 376. Pediam êles: “Também alguns portugueses que por sua livre vontade ficaram nesta Cidade e nós os sustentamos, não tenham por isso incômodo algum”. Narbona y Zuñiga, *História de la Recuperación del Brasil...* in “An. Bibl. Nac.”, vol. 69 (1949), pág. 218.
- (196). — Narbona y Zuñiga, *op. cit.*, pág. 219. Era Frei Vicente do Salvador, o cronista.
- (197). — Guerreiro (B.), *Jornada dos Vassalos...*, pág. 59v.
- (198). — Tamáio de Vargas, *Restauración...*, pág. 135v.
- (199). — Menezes (M. de), *Recuperação da cidade do Salvador in loc. cit.*, pág. 590.
- (200). — *Relação verdadeira de todo o sucedido na restauração da Bahia de Todos os Santos* (1625), fol. 12. Também publ. na “RIHGB”, T. V, 2a. ed. (1863), pág. 486.
- (201). — *Memorial* (Coimbra, 1953), cap. 126, pág. 478.
- (202). — *Relación de la jornada del Brasil, escrita a Juan de Castro escrivano público de Cadiz*. Cadiz, 1625, fol. 4 (s/pág.).

Percebe-se o que aconteceu. Quando os holandeses acenaram com perspectivas de trato comercial e ofereceram garantias, muitos foram os que regressaram a suas casas (203), chegando seu número a cêrca de 200. Até os beneditinos, que tinham boas rendas não ficaram insensíveis à tentação de reocupar, no meio dos herejes, o seu mosteiro abandonado (204). Com a presença das tropas restauradoras, temerosos do desfêcho, a maioria se foi esgueirando para o interior, reduzindo-se afinal aquêle número a êstes vinte, vinte e poucos que se deixaram surpreender em flagrante, talvez por estarem demasiado comprometidos para poderem voltar.

Êstes, mas não sòmente êstes, foram presos juntamente com os negros que haviam servido aos invasores. E foram julgados.

Visados pela justiça d'El Rei eram os homens de nação. Na sua informação secreta, o ouvidor Antão de Mesquita indigitava a Dinis Bravo, Pascoal Bravo, Manuel Rodrigues Sanches e Duarte Álvares Ribeiro (205) por correspondência com o inimigo a quem presenteavam (206). Outros com passaportes, e para obtê-los se haviam tornados vassallos dos Estados Gerais.

Os irmãos Bravo eram mercadores e senhores de engenho, como também o era Manuel Rodrigues Sanches. Duarte Álvares Ribeiro era apenas mercador. Os Bravo provaram sua inocência. Duarte Álvares Ribeiro e outros sofreram a pena de confisco de bens aplicado às obras das fortificações.

Rodrigues Sanches já era então falecido, e teve os bens confiscados. Por seu casamento, era senhor do engenho da "Freguesia", em Matoim. Devia o engenho ser de sua mulher D. Brites, filha do fidalgo Bernardo Pimentel de Almeida. Viúva, D. Brites ao casar-se com João Pais Florião (207), levou-lhe o engenho, sinal de que

---

(203). — "... sous cette assurance, revinrent tous les jours en leurs maisons". *Relation véritable de la prinse de la Baya de todos los Santos, et de la ville de S. Sauveur au Brésil, par la flotte hollandoise* (1624, in "Terre-Compans Archives des Voyages", I, pág. 455.

(204). — *Docs. Holandeses* (Paris, s/d.) I (Rio de Janeiro, 1945), pág. 16.

(205). — Todos cristãos-novos. Nas Denunciações, como nestas Confissões apparecem seus nomes como denunciados, ou referidos. Tinham pois andado às voltas com o Santo Officio.

(206). — Valencia y Guzman, *Compendio Historial*, pág. 296.

(207). — Juan Paez Florian viera como capitão do têrço de D. Pedro Osório, e assim radicou-se na Bahia onde sua mordacidade e irreverência deram, em 1658, o que fazer às autoridades.

Esclarecemos aquí a história de Jaboação, de ter vindo Pais Florião para a Bahia por causa da morte do Conde de Vila Mediana; veio com a frota, e arranjou um belo casamento. Jaboação, *Catal. Genal.*, pág. 242; Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 228; W. Pinho, *História de um engenho*, págs. 68-71.

Aparece entre os paulistas partícipe do socôrro levado por D. Francisco de Rendon, que também viera da Espanha com D. Fradique, ao Conde da Torre, e na empresa de Luís Barbalho. Porque diabo surge uma folha de serviços seus, registada em Mogi das Cruzes em São Paulo? P. Taques, *Nobiliarquia Paulista* (ed. São Paulo, 1953), II, 277 e 282.

não entrou no confisco. O casamento, apressado a 11 de junho talvez contribuisse para salvar a posse dêle.

Outros porém, desde logo presos por rebeldes passados ao inimigo, depois de tormentos e confissões, tiveram pior sorte. Por heresias e judaísmo não os colhera a Inquisição em 1618; por infidelidade e trato com o invasor, vitimava-os a justiça militar em 1624. Homens do Atlântico, bi-continentais, e talvez com duas pátrias adotivas, Portugal e Holanda, antagonizadas, perdia-os a fatal duplicidade de sua condição.

Não sem ironia diz Tamáio de Vargas:

“No principal castigo dos culpados no trato da entrega da Cidade, usou a Espanha a misericórdia igual com a justiça”.

Cinco dos que em Portugal são chamados da nação

“gente em tôdas as partes justamente suspeitosa e nunca segura”, e seis negros “cevadados do engano da liberdade”

foram contemplados pela “justiça”, enquanto outros o foram pela “misericórdia” (208). Êste Vargas também à liberdade chamava “engano”.

Diz Frei Vicente que dos portuguezes presos por haverem aderido aos holandeses, depois de julgados, foram enforcados quatro. E mais seis negros (209). Foram cinco os imolados: com maior precisão enumera-os Valencia y Guzman, (210) número repetido por Tamáio de Vargas (211).

O alemão Aldenburgk guardou a cena:

“Os portuguezes que haviam estado conosco na cidade foram enforcados, vestidos de hábitos brancos de frade, no campo verde, junto ao Colegio dos Jesuitas” (212).

Em campo verde, hábitos brancos de frade, isto é pintura.

Por traidores, naquele inverno, vestiram o hábito branco: Diogo Lopes de Abrantes, Manuel Rodrigues de Azevedo (213), Luís Martins, Francisco de Morim (de Amorim?) e Antônio de Matos. Os negros, êsses foram esartejados — o capitão dêles Francisco Pombeiro e cinco de seus officiaes (214). Fôra inútil a piedosa mentira do pastor Estartenius ao escrever:

(208). — *Restauración de la Ciudad del Salvador* (Madrid, 1628), págs. 147-147v.

(209). — *História do Brasil* (ed. 1954), Liv. V, cap. 45, pág. 451.

(210). — *Op. cit.*, pág. 296.

(211). — *Op. cit.*, *loc. cit.* Sobre estas execuções há um Manuscrito no Museu Britânico. Add. Ms. 13.794, fol. 7 a que se refere G. Ermundson, *op. cit.*, pág. 252.

(212). — *Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-1625*. Trad. (São Paulo, 1961), pág. 217.

“... todo o tempo que estivemos na Cidade nenhum dos portugueses se passou para nós, nem nos deu qualquer sinal de benevolência, antes com armas inimigas nos perseguiram sempre” (215).

Não se há de explicar a captura da Bahia pela deslealdade de seus marranos (216). Para episódio militar, explicação de ordem militar.

Era mal protegida a Cidade: poucos eram os soldados profissionais de seu presídio (217). Ficava a defesa entregue aos paisanos. E a seus escravos índios ou negros. Assim mal amparada, com seus fortes obsoletos, foi ela colhida pela habilidade militar dos chefes holandeses que desorientaram a Diogo de Mendonça Furtado apesar de sua experiência.

Esquema simples previamente concertado (218): com o bombardeio da zona portuária pelos navios mais potentes e decorrente assalto ao forte da Lagem, inacabado ainda, mas daninho para os barcos que se aproximassem dos ancoradouros, que foi tomado, e a seguir propositadamente largado para que sua recaptura distraísse tropas, simularam os atacantes (219) um assalto frontal à Cidade. Induziam com isso o adversário a concentrar-se na defesa do pôrto.

“Para mais completamente iludir o inimigo” e “para maior verosimilhança do engano”,

mantiveram-se as chalupas de desembarque junto a estes navios (220). E ainda meteram os soldados dos navios maiores e as bandeiras em outro, estratégia para melhor enganar os defensores, ordenando que quatro navios navegassem contra a cidade a desafiar a bateria fronteira (221), enquanto os 1.500 homens desembarcavam,

---

(213). — Pensamos que é o mesmo Manuel Fernandes de Azevedo, morador português que ficou na Cidade e que hospedou e protegeu Frei Vicente do Salvador, prisioneiro dos holandeses. Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 408.

(214). — Valencia y Guzman, *loc. cit.*

(215). — *Idem.*, pág. 286.

(216). — Refutando a responsabilidade dos israelitas, Ch. Boxer explica-a em termos individualistas: os fatores da queda para ele foram: a deserção dos defensores e o heroísmo de Piet Heyn. *Salvador Correia de Sá and the struggle for Brazil and Angola* (Londres, 1952), pág. 51 nt.

(217). — Em 1612 havia apenas 2 companhias de soldados pagos, com 170 homens. (*Livro que dá razão...*, págs. 152-153). Em 1624 a situação era quase a mesma: duas companhias a de Antônio de Mendonça e a de Gonçalo Bezerra. Frei Vicente, *op. cit.*, pág. 394.

(218). — *Relatório dos Delegados...* in *Docs. Holandeses*, I, pág. 8; Netscher (P. M.), *Os holandeses no Brasil*, Trad. (São Paulo, 1942), pág. 59.

(219). — “... não só para distrair a atenção do inimigo e dar-lhe que fazer a um tempo em vários lugares...” Laet (J.), *História dos Feitos...* Trad., pág. 45.

(220). — *Relatório...*, *loc. cit.*; Laet *AJLQ*, *Op. e loc. cit.*

(221). — “... used this stratagem or policie, namely hee put all the soldiers on foure of the greatest anse best shippes and caused their insignes on the other still to bee displayed” Wilkins (Jacob), *A true description of the*

com dois “dragões” na praia vizinha e se internavam no mato próximo. Com isto provocaram afluência para a Praia da maior parte dos defensores, inclusive o Governador (222), os quais se apressaram, não sem uma certa ingenuidade, a retomar o forte largado com as peças encravadas (223), aglutinando nesse ponto suas forças. Provavelmente concebida por Piet Heyn, procedia-se a uma simples manobra divisória. Apenas para poder manter junto ao porto a pressão com o canhoneio da frota, silenciara aquele forte cujo fogo já desarvorara um navio. Investida meramente tática que serviu para reforçar o engano.

O verdadeiro desembarque previsto operou-se no flanco, na pequena enseada arenosa junto ao forte de Santo Antônio, cujos quatro canhões, muito altos não conseguiam alcançar os barcos que entrassem (224). Para isso, a um sinal da almiranta, vogaram rápidas as chalupas a apanhar as tropas de ataque nas cinco naus que lá estavam. O desembarque teatralizado pelo alarido dos clarins e tambores assustou aos 200 homens que, com seus capitães, e depois com a presença do velho e esforçado Francisco de Barros (225), deviam obstar-lhes o avanço. Surpresos, antevendo-se esmagar pela superioridade numérica de mais de mil mosqueteiros e artilharia leve de bater (226), os defensores entre os quais estavam soldados pagos, profissionais (227), sequer cogitavam de retardar a marcha ao invasor, o que poderiam ter feito (228) aproveitando “la maleza y estrechura de los montes” dando tempo aos demais para acudirem ao flanco corrigindo o descuido. Brancos e índios “retiraron feamente”, correndo morro acima.

- 
- Bay Todos los Santos and taking the Towne Salvador by the Admiral Jacob Wilkins — 1624 in Purchas, “Hakluyts Posthumus”, vol. X, pág. 522.*
- (222). — C. do Pde. Domingos Coelho, in Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, V, pág. 38.
- (223). — “... os portugueses envergonhados da retirada volveram a recuperar o perdido e a ocupar o forte que o inimigo tomou...” Narbona y Zuñiga (E.), *História de la recuperación...* in “An. Bibl. Nac.”. vol. 69 (1949), pág. 170.
- (224). — Laet (J.), *Loc. cit.*
- (225). — C. do Pde. Domingos Coelho, in *Op. cit.*, pág. 37. Valencia y Guzman diz que acudiu depois, quando já fugiam os capitães e sua gente. *Compendio historial...*, cap. IV, pág. 206.
- (226). — Narbona y Zuñiga, *loc. cit.* Entre soldados e marinheiros, 1.440 homens. Laet, (J.), *op. cit.*, pág. 170. Para Valencia y Guzman, mil homens e duas peças. *Loc. cit.*, mil ausentes, diz Frei Vicente, *História do Brasil*, Liv. V, cap. 22, pág. 394.
- (227). — Eram 3 companhias: uma de soldados pagos (cap. Gonçalo Bezerra), uma de arcabuzeiros do povo (Rui Carvalho, escrivão) e outra de índios (Afonso Rodrigues) Frei Vicente, *História do Brasil*, *loc. cit.*
- (228). — Narbona y Zuñiga, *loc. cit.* Valencia y Guzman, *loc. cit.* “... a não serem bisonhos, estes capitães, com menor número de gente teriam podido evitar este dia um grave dano apenas com atirar vinte arcabuzadas contra o inimigo...”.



“Descaecimiento fatal”. Aqueles trezentos não deram à Bahia seu encontro das Termópilas com nuvens de setas da indiada de Afonso Rodrigues. Sobressaltaram-se os outros pois “não se podia largar a praia” (229), isto é, cuidava-se que não se podia desamparar a cidade baixa batida pela artilharia dos navios. Divididas e distanciadas as unidades, reduzira-se o poder de resistência dos defensores, como, em 1612, antevira Diogo de Campos Moreno (230).

Sem serem molestados, puderam assim os holandeses empreender sua penosa ascensão até São Bento. Sua presença no rechano, junto às portas de Santa Luzia, dada a precariedade das muralhas maltratadas fez estourar a contenção moral dos defensores. Ainda uma sortida meio desesperada, que, aliás, quase debandava os atacantes exaustos e meio embebedados (231) e, ao cair da noite, o pânico desencadeado coroou o desastre.

O pobre Governador derrotado, quase abandonado erradio nas Casas del Rei, na sua obstinação de “honor” em não desertar do pôsto, apenas pagava o ter-se deixado iludir, vitimado pela contingência de não dispor de tropas suficientemente móveis, um pouco de cavalaria por exemplo, para acudir com presteza aos fluxos de pressão (232). E’ de crer-se porém que, se êle, percebendo em tempo o plano, houvesse deslocado tropas para a defesa de Vila Velha, far-se-ia, no pôrto, outro desembarque, dos marinheiros agora, como efetivamente veio a ocorrer após o colapso de resistência (233).

Nada tentariam os holandeses no outro flanco protegido pela artilharia dos navios ancorados — aliás incendiados ou tomados na refrega — e pelos fortes de Itapagipe e Agua dos Meninos, o único que temiam (234). Empenhados em obstar o desembarque, com uso da mosqueteria que varria a zona do pôrto (235), não souberam os portugueses atrair o inimigo à terra, para tirar partido do terreno alcantilado e arborizado que lhes dava superioridade de posição estratégica. A inteligência militar conquistou a cidade: não foi a traição que a perdeu.

---

(229). — *Carta cit.*, pág. pág. 38.

(230). — Criticando os fortes, inclusive Santo António: “... por defender qual-quer dêles que estão a uma légua da cidade, aventura-se dividindo a gente, a perder a mesma cidade, pelo que se adelgaçam as forças...” *Liv. que dá Razão...* (ed. Hélio Vianna), pág. 143.

(231). — “... os soldados do inimigo vinham fatigados e sedentos, de modo que, chegando a êste mosteiro, atiraram-se muitos que vinham bêbados a dormir pelo chão...” Valencia y Guzman, *op. cit.*, pág. 207.

(232). — “Tem esta Bahia pouca gente de cavalo, porquanto como fica dito, tudo se anda por água...” *Liv. que dá razão...*, *loc. cit.*

(233). — “... salu o vice-almirante com os seus marinheiros para acometer a cidade pela banda do mar, mas sendo em terra, não deparou inimigo algum...” Laet (J.), *op. cit.*, pág. 48. *Relatório...*, cit. pág. 11.

(234). — Declaração de um prisioneiro holandês, in *Doc. Ult. Port.*, II, pág. 533.

(235). — *Relatório...*, pág. 10: “... os da cidade mantinham um terrível fogo de mosqueté contra os nossos...”.

Para a execução de seu plano, precisariam os holandeses da ajuda de moradores néo-cristãos? Ocupada a praia a dificuldade era subir até a cidade, através de uma área cuja vegetação podia encobrir os defensores sobre tudo índios flecheiros, e por caminhos ásperos e mal conhecidos (236). Precisavam pois de guias para a marcha. A estes, traziam-nos em seus próprios navios, e conhecemo-lhes os nomes. Alcançado o altiplano, restava o último arranco — o assalto às portas e muralhas, ao amanhecer. A este problema resolveu o pânico que levou os defensores ao abandono, sem oposição, da Cidade em tumulto. Surpresa para os assaltantes (237). Desembarcando Piet Heyn com os marinheiros,

“não encontrou, com grande surpresa, nenhuma resistência, e prosseguindo a marcha, teve a notícia *inesperada* de que a nossa gente já ocupava a cidade” (238).

Resultara a empresa econômica em vidas: 50 soldados holandeses (239) pela capital do Brasil. Demasiado barato para que não se cogitasse de que fôra negócio de judeus. As guerrilhas de cêrco haveriam de ser mais dispendiosas.

\* \* \*

A Visitação de 1618 não logrou prevenir as disposições dos cristãos-novos de benevolência em relação aos correligionários setentrionais, embora não se possa afirmar que tenha provocado uma reação de particular hostilidade ao governo ibérico que vinha de inquietá-los em seu nôvo refúgio — o americano (240).

Certo, houve a colaboração de alguns, ou talvez de muitos, com o intruso holandês. Não apenas de cristãos-novos, ao que parece, pois desconhecemos a devassa mais geral em que tantos moradores ficaram comprometidos. Longos meses de uma ocupação que poderia resultar definitiva. Enquanto uns obstinados lutavam nas guerrilhas de cêrco, outros tratavam com os mercadores flamen-

---

(236) † — “Nestes lugares bem podia o inimigo com pouca gente tolher-nos o passo...” Laet (J.), *op. cit.*, pág. 48.

(237) . — Santa Tereza (G. G.), *Istoria delle guerre del Regno del Brasile...* (1698), p. I, Liv. II, 59 “Clareado o dia, surpreendeu grandemente aos holandeses a nova, divisando em silêncio a cidade, sem rumor as casas e sem gente a muralha”.

(238) . — *Relatório...* in *Docs. Holandeses*, I, págs. 10-11.

(239) . — *Ibidem*.

(240) . — Assim pensa, todavia, o historiador Cecil Roth: “A irrupção da atividade inquisitorial em seu nôvo lar induziu os marranos do Brasil à desafeição”. — *A history of the Marranos*, págs. 284-285.

gos que traziam mercadorias para vender e adquiriam os produtos da terra, açúcar e tabaco, a ponto de D. Marcos Teixeira proibir o plantio para obviar êsse comércio indesejado pelos sitiante da Cidade perdida.

Na conquista do Salvador, ainda que uns poucos cristãos-novos houvessem dado alguma ajuda, ocasional, não terá ela sido decisiva, nem terá sido concertada previamente. Não precisavam os da Companhia das Índias das informações e eventuais conselhos de moradores. Traziam seus próprios guias que conheciam bem a terra em razão de estadas anteriores. Informações? Decerto circulavam da Bahia para a Flandres, e com freqüência dado o convívio dos negócios. Como da Flandres circulavam para o Pôrto e Madrid.

A queda do Salvador não se explica pois pela infidelidade dos cristão-novos que teriam entregue a cidade como do lado espanhol se pretendeu, à guisa de justificação da derrota e da incúria da administração régia em relação à segurança da colônia. Colônia que era portugêsa. Aos invencíveis espanhóis, aos triunfadores de Breda, só a traição poderia superar. Não é outro o espírito de Lope de Vega, nem de Juan Bautista Mayno ao retratarem a recuperação da Bahia. Os cristãos-novos, êstes podiam, perante a opinião portugêsa ante a qual o Habsburgo precisava de justificação, carregar as culpas: umas tantas condenações capitais impressionariam os espíritos. Com vantagens: a causa saudosista do Prior do Crato sairia, mercê de suas ligações flamengas, abalada aos olhos dos portugêses, desde que se apresentava identificada com as investidas dos herejes contra o patrimônio colonial de Portugal.

Inconfidentes ou não. Colaboradores, por malícia ou por necessidade. Fatores do desastre, ou meros expectadores interessados do dramático episódio militar. A Bahia voltou a ser portugêsa com seus cristãos-novos. O acontecimento ficou na história como um *intermezzo*, sem seqüência. O que importa é o significado duradouro do comportamento dos marranos — a revelação, no episódio, da constante de suas posições no século XVII, no Atlântico, no binômio metrópoles-colônias.

De um ângulo de visão estritamente ibérico, muitos dêles, na Bahia como em Amsterdão, nas Ilhas como em Lisboa configuravam elementos que se associavam às Províncias Unidas no objetivo de erodir o Império por mar, aliviando-se a opressão continental, acamando, ao mesmo tempo, áreas de acesso ao comércio livre, relativamente livre, para a burguesia internacional.

De outro ângulo porém, não é menos verdade que, na Europa, havia cristãos-novos, ou mesmo judeus que faziam o jôgo dos portugêses. Agentes da Holanda no Brasil? Decerto. Por ventura não existiam espias de Portugal na Holanda? Um Henrique Sinel ou Snel do Pôrto que avisava os movimentos dos holandêses não sabemos se

era cristão-novo, mas sua fonte de informações não seriam seus clientes cristãos-novos de Flandres? (241).

Jogo dúplice? Velas a Deus, velas ao diabo? Certo. Certo. Os sefardins serviam a dois senhores. Decorrência lógica de sua condição — imperativo da conjuntura. Sua atuação no Brasil, pano de amostra de uma atuação geral. Pero Garcia morria lutando com os holandeses. Diogo Lopes de Abrantes morria por ter procedido em favor dêles. Um no seu balcão, outro na fôrca.

Cinismo? Calculismo? Incoerência? Não se trata de julgar. Nem de justificar. Mas de compreender. Era dúplice a posição dos cristãos-novos no conflito. Por Portugal, que na sua mente figurava ainda como pátria de onde iam sendo, aos fluxos, desterrados, mas cuja língua conservavam, inclusive na litúrgia das sinagogas. Pela Holanda, onde viviam refugiados e prosperavam num ambiente de relativa tolerância. Permaneciam ainda portugueses, quando já começavam a ser flamengos.

Homens sem pátria, na circunstância acabavam por ter duas pátrias: Portugal e Holanda. Uns optavam pela terra do nascimento, outros pela terra de adoção recente. Uns e outros desafeiçoados à Espanha com seu ortodoxismo inquisitorial e seu exclusivismo econômico. Se favoreciam a causa do Prior do Crato, meio cristão-novo, com isto procuravam, livrando Portugal, enfraquecer o Império e aliviar as pressões sôbre as Províncias Unidas.

O clima do tempo induzia a essa duplicidade. Perseguidos, despejados, expulsos, desenraizados dos quadros das nacionalidades que se definiam hostís à sua absorção, mesmo quando para acomodá-los impunham-lhes desfigurações, só lhes restava provocar a recomposição de novos quadros dentro dos quais encontrassem um lugar, mediante a adoção de outros critérios de estratificação que não os políticos, o sangue ou o serviço, mas o da posse da riqueza. Porque as riquezas circulavam como êles próprios, através de tôdas as fronteiras — e êles poderiam, nas crises circular com elas ou por elas abroquelados.

Reclamar dos cristão-novos que fôsem portugueses, espanhóis, holandeses ou ingleses, e portanto adstritos aos respectivos príncipes é baralhar a realidade. Eram fundamentalmente judeus, judeus e burgueses de vocação ou de fato, e neles as nacionalidades eram etiquetas provisórias. As diferenças religiosas, às quais eram sensíveis podiam adormecer. Os nacionalismos emergentes podiam descansar. O momento era de edificação de uma classe burguesa agressiva e ambiciosa. Os judeus, supra-nacionais como eram em seu forçado nomadismo, no seu realismo defensivo, apresentavam-se com aquela

---

(241). — Allás, anote-se que em 1625 para o socôro da Bahia, os mercadores flamengos de Lisboa contribuíram com 1:010.000 rs. Soares (Pero Roiz) *Memorial* (ed. Lopes de Almeida, Coimbra, 1953) pág. 470.

especial disponibilidade para a tarefa de abrir vias de ascensão para a burguesia européia recalcada nos bordos do Atlântico, sôfrega por atirar-se à exploração econômica das rotas marítimas bloqueadas pelos exclusivismos do Império Espanhol.

Sua mobilidade, seu pendor urbano, seu senso de negócios, e sobretudo a mecânica de auto-preservação tornavam-nos os agentes por excelência, não dos príncipes holandese ou inglês em suas ambições dinásticas, mas da burguesia continental de quaisquer côres nacionais. Porque os cristãos-novos eram ou faziam por ser burgueses. Na hierarquia social tradicional seriam sempre uns marginais, e nas ordenações nacionais seriam sempre estrangeiros, elementos postiços. Adventícios sempre, a menos que se descaracterizassem.

Burguesia, invenção judaica? Não vamos tão longe. No materialismo prático, na supervalorização da posse dos bens como filosofia de ação, embora para uso externo, como moeda de intercâmbio e nova fórmula de estamentação social, terão êles, ideologicamente, desempenhado um papel, apesar de seu profundo e invencível espiritualismo individual. Não se tratava de arruinar o patrimônio espiritual da civilização cristã-ocidental, demolindo-lhe os valores como Giovanni Papini fazia confessar a Ben Rubi. Como os bárbaros germânicos que, ansiosos por usufruir os requintes da civilização do mundo romano, sem querer, barbarizaram-no destruindo o que desejavam, os judeus cobiçando a civilização ocidental-européia, por um imperativo de sobrevivência, instilavam nela valores estranhos e a recondicionavam. A visão espiritual do homem que tinham em comum com os cristãos era, na sua expressão religiosa, justa e paradoxalmente o que os incompatibilizava. O que os podia unir, separava-os.

Supra-cristãos num tempo de conflitos entre êstes, podiam, descobrindo um denominador comum de entendimento — o interesse econômico — constituir um quadro humano, também supra-nacional, — a burguesia internacional mediante a adoção de nôvo critério de solidariedade. A ofensiva de capitalistas seria a estratégia eficaz. Não queremos discutir se foram êles que desencadearam o capitalismo moderno — mas é inegável que estavam entre os tripulantes do barco.

Observa Sombart (242) que uma das condições objetivas da vocação dos judeus para o capitalismo foi sua condição de estrangeiros em cada país onde se estabeleciam. Esse estatuto lhes assegura-

(242). — *Les juifs et la vie économique*. Trad. (Paris, 1923) pág. 230 segs.

(243). — No fim do século, em 1698 escrevia sobre os judeus de Amsterdão uma testemunha francesa: "... en sorte qu'à ces deux égards, commerce et nouvelles, on peut dire qu'ils sont les mieux informés de tout ce qui se meut dans le monde..." doc. in Vignols (L.), *Le commerce hollandais et les congregations juives à la fin du XVIIe siècle*. in "Rev. Historique", T. 44 (1890), pág. 330.

rava uma ausência de compromissos que, na ação, se traduzia em plasticidade, em uma ampla área de opção conforme às conveniências do momento. Seu migracionismo periódico, condicionado às vicissitudes das pressões sofridas, obstando-lhes o enraizamento, absolviam-os dos lealismos para com estados e dinastias.

A mesma família segmentava-se por vários países, e em consequência, sem ruptura da solidariedade ético-familiar, podia coser uma bandeira compósita de tôdas as bandeiras. Uns seriam ibéricos, outros neerlandeses. Uns católicos, outros calvinistas ou luteranos. Uns pelo Papa e outros pelo Imperador. E podiam ainda, nos seus transplantes, mudar de bandeiras. Graças às trocas de informações entre as agências familiares disseminadas em diversos centros, andavam sempre bem advertidos (243), e podiam informar melhor que quaisquer embaixadores ou cônsules. E o faziam por certo, para uns e outros partidos. Num balanço final, dir-se-ia que resultavam imparciais. Perante a opinião mal disposta porém eram espias e traidores.

Na verdade, a cavaleiro das pendências nacionais ou dinásticas e do conflito entre ortodoxia e heresias, cristãs, trabalhavam pela burguesia na qual se anichavam, e pelo triunfo do capitalismo, sua atmosfera ótima. Esta, a sua bandeira. As condições peculiares de sua vida que os atirava para o mundo dos negócios — concentração urbana, a insegurança do *status* jurídico, as conexões internacionais, a experiência do trato do dinheiro e da especulação, traços que as circunstâncias tornaram necessárias — fizeram dêles se não os criadores do capitalismo por vocação étnica e religiosa como pretendia Sombart, pelo menos muitas vêzes, a levedura da fermentação capitalista (244).

Na Bahia, área de experimentação de procedimentos capitalistas coloniais, os cristãos-novos, por certo inseriram-se na réde da burguesia mercantil em ofensiva no século XVII (245). Desfrutavam as posições de contratadores ou de agentes dos arrematantes de impostos de monopólios ou dos asientistas da Corôa, ou de correspondentes da grande burguesia peninsular metida no tráfico, participando dos benefícios da condição de súditos do Império. De outro lado porém, envolvidos na trama do comércio atlântico, prendiam-se

---

(244). — Sachar (H. M.), *The course of Modern Jewish History*. Cleveland — New York, 1958, pág. 39. Para a crítica da tese de Sombart, veja-se entre outros, Sayous (A. E.), *Les juifs* in "Rev. Economique Internationale", jan. 1932, págs. 492 e segs; Hauser (H.), *L'oeuvre scientifique de quelques économistes étrangers*, in "Rev. d'Économie Politique", julho-agosto 1935, pág. 1233 segs; Seé (H.), *Dans quelle mesure puritains et juifs ont ils contribué au progrès du capitalisme moderne*, in "Rev. Economique Internationale", 1927.

(245). — Mesmo Wätgen (M. H.), que no seu trabalho *Das judentum und die Anfänge der modernen Kolonisation* (1913) nega influência judia na colonização da América, reconhece sua ocorrência nas colônias portuguesas. Apud Sayous, *art. cit.*, pág. 518.

às burguesias setentrionais, mercê da transações toleradas ou clandestinas com os grandes mercados consumidores e exportadores de manufaturas. Desapegados de compromissos rígidos de ordem política que aos demais podiam empecer as iniciativas, sua incaracterização nacional, apesar de tôdas as reservas de que eram cercados, lhes assegurava excepcionais possibilidades de acesso a todos os mercados graças à sementeira de prepostos.

A longa experiência do trato continental europeu mostrava-lhes que as fronteiras políticas convencionais não eram impermiáveis à circulação econômica cujos interesses atuavam mais veementes que os cálculos e caprichos dos príncipes. Podiam negociar, ostensiva ou subrepticamente com tôdas as nações, com tôdas as moedas quaisquer que fôssem as efígies nelas cunhadas. A prata não valia mais ou menos pelo simples fato de sua procedência espanhola: dependia sim das oscilações dos mercados e, gostassem ou não os soberanos, deslisaria para as áreas onde momentâneamente valesse mais.

Se na Bahia dispunham de açúcares para vender, e a maior praça de importação era a Holanda, zona de refinação e distribuição, comerciariam com a burguesia holandesa, apesar das reações do Governo de Madrid. Este podia imolar os interesses econômicos aos políticos, e, às vêzes, os políticos, aos religiosos. Não assim, os mercadores burgueses — seu campo era o econômico com seus desdobramentos sociais. Não visavam a trair gratuitamente a “causa” ibérica: indiferentes ou quase às crônicas rivalidades entre unidades políticas ou grupos religiosos cristãos desavindos, conflitos que não eram de sua conta. Seu programa era a construção de um mundo capitalista sob a égide da burguesia. Se os navios holandeses chegavam carregados de mercadorias que enchiam as celas do Colégio dos Jesuítas, e de volta adquiriam os açúcares e outros produtos da terra, favoreceriam sua presença junto a seus paços e lógeas na cidade-baixa. Durante a trégua, haviam circulado entre a Bahia, as Ilhas, Amsterdão. A ruptura política em 1621 abalara os negócios. Podiam agora reatarem-se, embora em outras bases político-militares, aquelas relações: na Holanda estavam mercadores que tinham vivido no Brasil (246) e na Bahia viviam mercadores que haviam estado em Amsterdão (247). Voltariam pois a encontrar-se para negócios sem necessidade de levarem armas na mão. As lutas pelo domínio territorial eram problemas dos príncipes rivais. Os burgueses não tinham de travá-las; podiam contudo, eventualmente, explorá-las, fazendo-as render contratos de fornecimentos.

---

(246). — V. C. R. a D. Luís de Sousa em 1617 in *Liv. 2º do Governo do Brasil*, in “An. Museu Paulista”, III (1927), pág. 47.

(247). — Exemplos eram homens como Diogo Lopes de Évora, Luís Alvares, Manuel Homem de Carvalho, etc. Em 1644 escrevia da Holanda o embaixador Francisco de Sousa Coutinho: “Esta terra é a mãe dos cristãos-novos que daqui se vão para o Brasil”.

Seu *dúbio status* religioso de cripto-judeus como os chama Sombart — facilitava-lhes, nos conflitos entre os cristãos do Ocidente, uma espécie de equidistância entre católicos e protestantes.

Esta quase-neutralidade permitia-lhes conviver com uns e outros, acomodando-se às exigências dos ambientes na medida em que não configuravam incompatibilidades irreduzíveis. E ainda, eventualmente a possibilidade de reverterem às crenças dos antepassados, embora submetidos a limitações e atritos. Conta-se que quando se instalaram em Amsterdão e passaram a praticar meio furtivamente seu culto, descobertos, foram inquietados perigosamente pelos protestantes. Quando provaram que suas cerimônias não eram católicas e que eles mesmos não eram “papistas”, foram deixados em paz. Entre cristãos a intolerância era mais radical. Seu pseudo-cristianismo dava-lhes versatilidade ou adaptabilidade bastante para, sem dramas de consciência contribuírem para a prosperidade do país onde estivessem, ou para sem conflitos íntimos, emigrarem em direção de áreas antagônicas, quando necessário.

Ou ainda para mudarem de partido nacional-político ou religioso. Relata Diogo Lopes de Santiago (248), contemporâneo da invasão de Pernambuco, o comportamento de um Adrão Franco (249), flamengo que, tendo colaborado na investida de Waerdenburch, tempos depois foi enforcado e esquartejado pelos holandeses, por se lhe acharem cartas de Matias de Albuquerque a quem fornecia avisos importantes. Jôgo duplo? Antes — uma opção de conveniência. De uma neutralidade possível.

Na conquista da Bahia arredado estava o intuito de uma ofensiva de proselitismo religioso, luterano ou calvinista. Se os calvinistas com seu ativismo foram os motores da empresa (250), o alvo não era a difusão da seita na América, mas o desdobramento econômico de uma burguesia agressiva. Certo, o prolongamento, nos mares, das lutas de independência das Províncias Unidas, associado ao anseio de superação da intolerância católica, aquecia os ânimos como ressonância dos programas de ação do século XVI. Estas porém eram disputas européias, vitais sem dúvida para os holandeses, mas para além do Equador, buscavam-se mercados. Mercadorias e não consciências. Menos que uma guerra holandesa, configurava esta, uma guerra burguesa. O poder político, os Estados Gerais contribuíam apenas com a metade dos encargos e partilhavam com os XIX da Companhia a direção da empresa. Aos burgueses interessavam os rendimentos e não a reeducação das conflitualidades européias. Em Pernambuco, em 1634 concedeu-se liberdade religiosa para assegu-

(248). — *História da Guerra de Pernambuco* (ed. Recife, 1943), pág. 34.

(249). — O apelido “Franco” em flamengo permite crer tratar-se de cristão-novo emigrado.

(250). — Boxer (Ch.), *Os holandeses no Brasil*, Trad., pág. 15.



rar-se a colaboração dos judeus (251), dos católicos portugueses, particularmente apegados à sua Fé (252). Como se concedeu liberdade de comércio, respeitados os privilégios da Companhia. E quando se revogou a liberdade concedida, Amsterdão opôs-se com a força de sua poderosa burguesia, rica de israelitas, e restituiu o estatuto anterior (253). O Brasil holandês não tinha que reproduzir as pendências político-religiosas da Europa, como uma outra Holanda. Era uma empresa *sui-generis* para seu tempo — uma inversão de capitais. Nassau, um estadista da velha estirpe, com seu sonho de Nova-Holanda e sua recusa em ser gerente-de-empresa não compreendeu esse caráter burguês do investimento. Sua tolerância convinha aos burgueses, sobretudo aos cristãos-novos e judeus, mas seus meneios políticos de príncipe do Renascimento tornaram-se menos lucrativos. E suspeitos.

Face ao *rush* colonial burguês da Holanda através da Companhia das Índias, impunha-se óbvio o partido que haviam de tomar os judeus a quem os Reis da Espanha, com coerência discutível obstavam o acesso direto às fontes das riquezas que circulavam no Atlântico. Combatentes pela burguesia, pelo capitalismo, consciente ou inconscientemente inspirados por seus interesses econômicos e sociais, seu campo era o dos holandeses. Aqueles cristãos-novos mais intensamente iberizados, mais autenticamente, e por gerações, convertidos ao catolicismo, e pelos casamentos com cristãos-velhos, mais definidos e anichados socialmente, sobretudo se enraizados pela posse de terras, esses permaneceriam adstritos ao Império. E foi o que aconteceu na Bahia: enquanto uns aderiam aos vencedores de 1624, outros corriam os matos nas guerrilhas. Dos dois lados morreram cristãos-novos. Ser mercador era ser burguês. Mas ser senhor de engenho também o era, com alguma perspectiva de *status* fidalgo pela propriedade de terras. A procura de um encaixe estamental, uns achavam-no entre os portugueses católicos, outros o procuravam entre os holandeses protestantes. Burgueses afidalgados ou puros bur-

(251). — "... deram-lhes duas sinagogas, uma no Recife e outra na cidade Maurícia, onde lhes permitiram, como aos outros, construir. Vários portugueses então, que antes haviam feito profissão de Cristianismo na aparência, renunciaram abertamente a êle, e se juntaram a êles (judeus de Amsterdão) e praticaram tantas usuras e exações indevidas que sugaram o crime e a substância dos bens dos cristãos insensivelmente". *Relation véritable de ce qui s'est passé en la guerre faite au Pays du Brésil entre les Portugais et les Hollandois depuis l'an 1644 jusq'en 1648*, pág. 17.

"... há aqui na terra entre os moradores muitos judeus e judaisantes, que dantes, com medo da justiça, ou da Inquisição ocultavam as suas crenças e simulavam ser cristãos. Mas depois da conquista começaram êles a declarar-se; juntaram-se aos judeus que vieram da Holanda, e com êles praticam as suas superstições". *Breve Discurso*, in "RIAG de Pernambuco" (1877), pág. 163.

(252). — *Idem*.

(253). — Carvalho (Alfredo de), *Indústria e Comércio Açucareiro no Brasil Holandês* in "RIAG de Pernambuco", vol. 18 (1915), pág. 107.

gueses, na crista da ofensiva do capitalismo colonial incipiente, batiam-se os marranos por uma definição de *status* social que lhes permitisse sobreviver no Ocidente.

Infiéis os cristãos-novos da Bahia, aqueles que colaboraram com os holandeses? Dir-se-á que sobrepuzaram interesses de ordem material aos deveres de fidelidade à Pátria, de lealdade ao rei, de submissão ao catolicismo. Entretanto, várias eram suas pátrias, vários os seus príncipes, e o catolicismo constituía para uns tantos um epidérmico verniz de conservação.

Eram êles mercadores. Faziam negócios e procuravam condições para realizá-los melhor. Com a Companhia das Índias Holandesa. Com qualquer companhia, portuguesa ou castelhana. Em 1621, quando os judeus de Amsterdão associavam-se à Companhia das Índias Ocidentais, Duarte Gomes de Solis, abastado cristão-nôvo, enriquecido no Oriente como feitor dos Nunes de Brito, propunha a Madrid, sob condição de abertura das colônias à gente da nação, a formação de uma companhia peninsular, com capitais dos marranos (254). Que lhes importava a êles, a nacionalidade dos compradores ou vendedores? O comércio tendia cada vez mais a internacionalizar-se. A se parecer com êles.

Seu próprio *status* jurídico fazia dêles quase-estrangeiros e seu *status* social era mal definido e flutuante. Súditos? Se não podiam participar do govêrno urbano, nem ter um cargo público, nem uma investidura eclesiástica, um comando militar, nem dispor livremente de bens imóveis? Estavam destinados a uma paradoxal transitoriedade permanente: a menos que se fundissem com cristãos-velhos, seriam sempre social e politicamente não-cidadãos, ou aspirantes à cidadania. Menos que súditos, quase-estrangeiros: mas, nem súditos, nem estrangeiros.

Na verdade, podiam e queriam transitar entre as duas áreas em conflito — Holanda e Espanha, interpondo-se como mediadores nos negócios, alheios às incompatibilidades. Mediação que seria um dos segredos de seu enriquecimento e prestígio, e que, no Atlântico serviria à unificação operacional do mundo capitalista. Tornar o Oceano um mercado comum de muitos, de muitas bandeiras nacionais, é o que faziam homens como os Lopes Franco ou os Nunes de Matos. Enquanto Francisco Lopes Franco se passava à Flandres, seus irmãos Luís (255) e Mateus permaneciam mercadores no Salvador, chegando êste a senhor de engenho de largo prestígio. Enquanto Si-

---

(254). — Varnhagen, *História Geral*, II, pág. 201. V. de Gomes de Solis, *Alegación en favor de la Companhia de la Índia Oriental* (1628) e o estudo de Gentil da Silva na edição portuguesa (Lisboa, 1950).

(255). — Luís Lopes Franco deve ter retornado a Lisboa onde permaneceu mercador, pois, em 1647, encontramos seu nome entre as testemunhas do processo do Santo Ofício contra Duarte da Silva. Balão (A.), *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, II (Rio de Janeiro, 1924), pág. 337.

mão Nunes de Matos se fazia senhor de engenho na Bahia, o irmão Manuel Nunes era mercador judaisante na Flandres, e Pero de Galgos, provávelmente cunhado era mercador em Lisboa. Ligava-os além do parentesco, o trato coordenado sobre o Atlântico. Um cuidadoso estudo de genealogias marranas, com base em processos do Santo Ofício poderá multiplicar o sexemplos dessa tessitura de interesses conjugados sobre o Oceano que seria o parque de operações da burguesia em ofensiva.

No quadro do Atlântico que se “desiberizava” para europeizar-se, substituindo uma unidade política imperial por uma unificação econômica impulsionada pelo capitalismo emergente, os cristãos-novos, embora não fôsem os únicos, eram agentes por excelência do *processus*. Sua mobilidade, deslocando-os de uma para outra região conforme as pulsações da vida econômica e o ritmo dos impactos das perseguições ou concessões (256), associada à sua extra-nacionalidade é a seu pseudo-cristianismo, permitia aos marranos uma tal flexibilidade de procedimentos em função de suas perspectivas de ação que, considerados os fatos e as posições relativas, não pode o historiador considerar *traição* o comportamento de alguns deles na Bahia, em 1624. Como ao depois de 1630, em Pernambuco. Seguiam a linha da “estratégia dos negócios” (257), fazendo render, para o crescimento do capitalismo, sua posição para-neutral de medianeiros, entre áreas atlânticas temporariamente antagonizadas. Era o seu papel na unificação econômica do Ocidente pela utilização comum do Atlântico.

De certa forma, os que foram enforcados na Bahia em 1625, eram apenas judeus consequentes. Fizeram negócios caros, pois custaram-lhes o preço das vidas. Coerentemente, quizeram ignorar as rivalidades nacionais e religiosas. A uns enforcaram os espanhóis, a outros, os holandeses. A burguesia internacional perdia alguns partisans obscuros.

---

(256). — Não eram apenas as perseguições que os dispersavam. Com o perdão geral, em 1604, eles se evadiram da Península com seus haveres passando aos Estados rebeldes. Cf. Duarte Gomes Solis, *Discursos sobre los comercios de las dos Indias* (ed. Amzalak) (Lisboa, 1943), pág. 12.

(257). — Escreve Boxer (Ch. A.), “... seus motivos para colaborar com os holandeses eram primariamente econômicos, e não religiosos ou políticos”. *Salvador Correia de Sá and the struggle for Brazil and Angola* (Londres, 1952), pág. 41.